

EVA PATRÍCIA ÁLVARES LOPES

**O ENQUADRAMENTO DO CRACK NA MÍDIA IMPRESSA NACIONAL:
UM ESTUDO SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE PÚBLICA**

**BRASÍLIA
2012**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE**

EVA PATRÍCIA ÁLVARES LOPES

**O ENQUADRAMENTO DO CRACK NA MÍDIA IMPRESSA NACIONAL:
UM ESTUDO SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE PÚBLICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Debora Diniz

**BRASÍLIA
2012**

EVA PATRÍCIA ÁLVARES LOPES

**O ENQUADRAMENTO DO CRACK NA MÍDIA IMPRESSA NACIONAL: UM
ESTUDO SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE PÚBLICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

Aprovada em 06 de julho de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Debora Diniz – (Orientadora)
Universidade de Brasília

Prof^a. Dr^a Soraya Coelho Leal – (Membro da Banca)
Universidade de Brasília

Prof^a. Dr^a Juliana Rochet Wirth Chaibub – (Membro da Banca)
Universidade de Brasília

Prof^a. Dr^a Dirce Guilhem (Suplente)
Universidade de Brasília

*Ao companheiro de todas as horas, pelo
estímulo de sempre, Marcio Bomfim;
Ao Giordano e à Giulia Bedê, pelo silêncio
necessário;
Às minhas irmãs e à Amanda Reis, pelo
incentivo;
Aos meus pais, pela compreensão das
ausências;
Ao meu sogro, pelo constante e
persistente incentivo aos estudos;
Que vocês possam se orgulhar, sempre!*

AGRADECIMENTOS

À Debora Diniz, pelas orientações, confiança e estímulo para o caminho acadêmico. Agradeço também a ela pela oportunidade de convívio e troca de ideias com suas orientandas Arryanne Queiroz, Daniela Caixeta, Fátima Pires, Juliana Paiva Schmitt, Livia Barbosa, Luana Ferreira, Luciana Stoimenoff, Maria das Dores e Vanessa Canabarro Dios.

Ao meu companheiro Marcio Bomfim, pela elaboração do instrumento de pesquisa e gráficos e pela disponibilidade de escuta e troca de ideias.

Às professoras Dirce Guillem, Juliana Rochet e Soraya Coelho, pela disponibilidade de participação na banca e interesse pelo assunto.

À Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e toda a sua equipe, nas pessoas do Seânio Sales e Fabiana Paranhos, pela cessão do *clipping* eletrônico e apoio técnico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de pesquisa durante o mestrado;

Ao médico Luciano Carvalho, pelo apoio profissional neste período de dedicação acadêmica.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde.

À Kênia Santos e Luciana Oliveira pela disponibilidade de revisão do artigo e da dissertação de mestrado.

Aos amigos Vinicius Ribeiro, Renata Mendes, Jorge Alexandre e Verbena Melo, pelo apoio na coleta de material de pesquisa.

RESUMO

A proposta deste estudo, dividido em cinco capítulos, é verificar como o agendamento, e seu conceito-chave de enquadramento, são aplicados nas notícias publicadas sobre o crack na mídia impressa brasileira, considerando duas categorias: saúde pública e segurança pública. A pesquisa foi feita em 1.074 notícias de 80 jornais impressos brasileiros, publicadas entre os dias 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, com a análise de quesitos como nome do veículo e região brasileira à qual pertence, gênero jornalístico, citação de fontes e de qual área, se o crack foi tratado na notícia como questão primária ou secundária, motivação da pauta, se o crack foi citado com outras drogas e quais, além de enfoque da notícia – saúde ou segurança pública. Das notícias publicadas sobre crack, 47% delas foram feitas de forma secundária no contexto geral da notícia, em contraposição aos 53% que focaram o crack como tema principal; observa-se, entretanto, que embora a diferença seja apenas de 6%, as notícias que trataram o crack como pauta principal foram feitas de maneira enfática e vigorosa. Em termos de gênero jornalístico, o tema foi tratado em matérias/reportagens em 50% dos casos, os outros 50% foram divididos em Notas, Colunas, Artigos, Opinião do Leitor e Outros estilos. 58% das notícias não citaram fontes; 42% utilizaram como principal fonte as gestoras, seja da saúde ou da segurança, o que mostra que a temática ainda é tratada com o uso prevalente de fontes oficiais. Como resposta direta ao questionamento desta dissertação, se o enquadramento das notícias sobre crack é sob o viés da saúde pública ou da segurança pública, 40% dos textos publicados foram sobre saúde, 34% sobre segurança pública e 26% trataram de outros enquadramentos, incluindo as abordagens intersetoriais, ou seja, aquelas que se preocuparam em tratar o problema da droga sob o ponto de vista social, da educação, saúde etc. O estudo sobre o enquadramento jornalístico vem se consolidando na literatura de comunicação e informação em saúde e, aliado à teoria da agenda, determinam que a mídia não apenas agenda o que será discutido entre o público, mas também influi sobre como esse público deve pensar os diversos temas; como em tantos outros campos, aqui também se evidenciam os mecanismos de exercício de poder político e de persuasão da mídia.

Palavras-chave: Enquadramento; Mídia impressa; Drogas; Saúde pública; Segurança pública.

ABSTRACT

The aim of this study, split in five chapters, is to analyze how the agenda-setting and the concept of framing, influence the media within the publishing of news about crack on the Brazilian print newspapers, considering two categories: public health and public security. The survey was conducted in 1074 reports of 80 Brazilian newspapers published between January 1st and December 31st 2010, with the analysis of issues such as name of vehicle and the Brazilian region to which it belongs, journalistic genre, quoting of sources and identification of their origin, whether crack was treated in the news as a matter of primary or secondary motivation of staff, whether or not crack was reported with other drugs and which drugs, in addition to the news point of view - public health or safety. Among the news reports about crack, 47% of them treated the drug as a secondary issue in the overall context of the news, as opposed to 53% which focused on crack as the main theme; it might be noticed that although the difference is only 6%, the news that treated crack as main agenda made it in a very emphatic and vigorous way. In terms of journalistic genre, the theme was treated in stories/reports in 50% of cases, the other 50% were divided among Notes, Columns, Articles, Reader's Opinion and other styles. 58% of the news did not cite any source, 42% used public administrators as the main source, either in health or safety approach, this shows that the subject is still treated with the prevalent use of official sources. As a direct answer to the question of this dissertation, whether the framing of news about crack is in public health or public safety category, 40% of the papers were about health, public safety were 34% and 26% dealt with other categories, including inter-sectorial approaches, ie, those who prefer to address the drug problem from the social or educational point of view, etc.. The study on the media framing is in process of consolidation in the literature of health communication and information and allied to the theory of agenda, they conclude that the media not only defines what will be discussed among the public, but also influence the way the public should comprehend the various topics; it sets up, therefore, an instrument of political power and persuasion. Just like so many other situations, here also are evident the mechanisms for the exercise of political power and persuasion of the media.

Keywords: Journalistic framing; Newspapers, Drugs, Public health, Public safety.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Concentração de jornais por região	40
Figura 2 - Distribuição das notícias por região	41
Figura 3 - Publicações por período	42
Figura 4 - Enquadramentos das notícias.....	50
Figura 5 - Gênero jornalístico.....	57
Figura 6 - Uso de fontes.....	58
Figura 7 - Fontes por área de conhecimento.....	59
Figura 8 - Enquadramentos por período.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de jornais pesquisados (continua)	32
Tabela 2 - Jornais com mais número de publicações	42
Tabela 3 - Gênero jornalístico	44
Tabela 4 - Motivação da pauta	45
Tabela 5 - Outros motivos de pauta (continua).....	47
Tabela 6 - Fontes por área.....	49
Tabela 7 - Drogas mais citadas.....	49
Tabela 8 - Outros enfoques.....	51
Tabela 9 - Relação de jornais pesquisados.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS-AD – Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

EUA – Estados Unidos da América

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O AGENDAMENTO DE TEMAS E ENQUADRAMENTO DAS NOTÍCIAS	16
1.1 O QUE É NOTÍCIA	16
1.2 TEORIA DA AGENDA OU AGENDAMENTO.....	18
1.3 O ENQUADRAMENTO	19
1.3.1 Identificando enquadramentos	20
1.3.2 Natureza dos enquadramentos.....	21
1.4 MÍDIA E DROGAS	22
2 O CRACK	24
2.1 QUANTAS SÃO AS USUÁRIAS	25
2.2 QUEM SÃO AS USUÁRIAS.....	25
2.3 QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA	26
2.4 QUESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	27
2.5 CRACK E POLÍTICAS PÚBLICAS	28
2.6 POSSÍVEL EPIDEMIA	30
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	32
3.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO	35
3.2 ESTUDO DE CASO.....	36
3.3 ÉTICA EM PESQUISA.....	36
3.4 JUSTIFICATIVA DA DEFINIÇÃO DE ALGUNS CRITÉRIOS DE ANÁLISES ..	38
3.5 GLOSSÁRIO.....	38
4 RESULTADOS	40
4.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS PUBLICAÇÕES	40
4.2 PERÍODO DE PUBLICAÇÃO.....	42
4.3 NATUREZA DA PAUTA: PRIMÁRIA OU SECUNDÁRIA	43
4.4 GÊNERO JORNALÍSTICO	43
4.6 MOTIVAÇÃO DA PAUTA.....	45
4.6 FONTES	48
4.7 OUTRAS DROGAS	49
4.8 ENQUADRAMENTO DAS NOTÍCIAS.....	50
4.9 IDENTIFICANDO ENQUADRAMENTOS NOS TÍTULOS E OUTROS SINAIS	52

5 ESTUDO DE CASO: QUANDO UMA PAUTA DE SAÚDE PÚBLICA VIRA CASO DE POLÍCIA	54
5.1 AÇÃO INTEGRADA CENTRO LEGAL.....	54
5.2 METODOLOGIA DA PESQUISA	55
5.3 RESULTADOS	56
5.3.1 Coberturas jornalísticas	56
5.3.2 Gênero jornalístico	57
5.3.3 Fontes.....	58
5.4 DISCUSSÃO.....	61
5.4.1 Ações desarticuladas	61
CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE REGISTRO DE DADOS.....	76
APÊNDICE B - MAPA DA LITERATURA DA PESQUISA	77

INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação de massa são a principal fonte de informação e pesquisa de grande parte da população, interferindo, inclusive, na produção de sentidos sobre saúde e doença e reafirmando modelos e práticas tradicionais e, frequentemente, discriminatórios (1), mas, também, podem atuar como importantes aliados na promoção, prevenção e proteção à saúde. Assim, a forma pela qual a mídia define e apresenta os assuntos é um poderoso instrumento de poder político e de persuasão.

A proposta desta dissertação, dividida em cinco capítulos, é verificar como a teoria da agenda, ou agendamento, e seu conceito-chave de enquadramento são aplicados nas notícias publicadas sobre o crack no Brasil, considerando duas categorias: saúde pública e segurança pública. Esse tema evoca, ainda, o fator social e a reflexão de como os textos jornalísticos apresentam o uso do crack como uma questão social.

A pesquisa foi feita em 1.074 notícias publicadas em 80 jornais impressos brasileiros, publicadas entre os dias 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, com a análise de quesitos como nome do veículo e região brasileira à qual pertence, gênero jornalístico, citação de fontes e de qual área, se o crack foi tratado na notícia como questão primária ou secundária, motivação da pauta, se o crack foi citado com outras drogas e quais e enfoque da notícia – saúde ou segurança pública.

O primeiro capítulo, intitulado “O agendamento de temas e enquadramento das notícias” apresenta os conceitos de agendamento e enquadramento e como esses atuam; segundo a teoria da agenda, os temas debatidos na sociedade são definidos pelos meios de comunicação de massa e, conseqüentemente, a ênfase atribuída a cada tema é ditada, também, pela mídia. Dessa forma, o agendamento refere-se “sobre o que” o público pensa; já o enquadramento, faz referência a “como” o público deve pensar (2). A definição de notícia é fundamental para o entendimento da teoria da agenda, que também é apresentada nesse capítulo, além de critérios de enquadramento que podem ser estabelecidos no uso de fontes, escolha de determinadas expressões, títulos, editoriais, dentre outros.

O capítulo dois trata especificamente sobre o crack, com breve resumo do seu surgimento, mas com foco principal nos aspectos sociais que envolvem a droga,

como sua relação com a atual sociedade de consumo, por exemplo, e o acesso a todas as camadas sociais. O capítulo traz uma abordagem sob o aspecto sanitário, de segurança e das políticas públicas implementadas por meio de políticas e decretos em diferentes níveis de gestão. A possível epidemia do crack também é questionada no capítulo.

O capítulo três apresenta a metodologia da pesquisa realizada nas 1.074 notícias. A técnica mista explanatória sequencial contou com a coleta e análise de dados quantitativos na primeira fase da pesquisa, seguidas de coleta e análise de dados qualitativos, desenvolvidas sobre os resultados quantitativos iniciais (3). O levantamento censitário buscou notícias publicadas somente em jornais impressos extraídas de um *clipping* eletrônico, o qual tem como umas das palavras-chave, o termo crack. Em seguida, a análise de conteúdo, realizada por meio de um instrumento de registro de dados composto de dez quesitos, permitiu a verificação de critérios utilizados para publicação.

Em busca de respostas ao questionamento desta dissertação, o quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada em notícias de todas as regiões brasileiras, permitindo o conhecimento de uma possível homogeneidade no debate em todo o Brasil e quais regiões deram maior ou menor ênfase à questão. O gênero jornalístico, uso de fontes e de quais áreas também foram objeto de estudo. A busca pelo enquadramento – se pela saúde ou pela segurança públicas – das notícias sobre crack revelou haver, ainda, o enquadramento focado na intersetorialidade.

O capítulo cinco, “Estudo de caso: quando uma pauta de saúde pública vira caso de polícia” apresenta as notícias veiculadas especificamente sobre a Ação Integrada Centro Legal, desenvolvida pela Prefeitura de São Paulo, desde 2009, que consiste no policiamento ostensivo da região da Nova Luz, no centro da cidade, conhecida como cracolândia, a fim de prender traficantes e fazer com que os usuários se dispersem ou recorram aos serviços de saúde. A análise mostra que as intervenções da Ação foram, em sua maioria, marcadas pela desarticulação entre esferas do governo e que os jornais optaram por focar no embate político, desconsiderando a necessidade de ações conjuntas a fim de solucionar um problema que é de saúde pública e social.

Embora reconheça as gramáticas da Língua Portuguesa no que diz respeito ao uso de palavras masculinas de forma generalizada - "empregam-se como

masculinos os vocábulos que servem de substantivação a conceitos diversos e quando não houver referência clara a um substantivo" (4), optei, em todas as situações, pelo uso do gênero feminino.

1 O AGENDAMENTO DE TEMAS E ENQUADRAMENTO DAS NOTÍCIAS

É por intermédio dos meios de comunicação de massa – televisão, rádio, jornal e revistas impressos e internet – que grande parte da população tem acesso às informações e, conseqüentemente, ao conhecimento acerca do mundo. Segundo Stuart Hall et al (5), através dos meios de comunicação de massa é feito o contato com o desconhecido, com aquilo que a maioria das pessoas nunca teve, ou nunca terá acesso, assim, a mídia apresenta “a primeira, e muitas vezes a única, fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes”, conclui. De acordo com Mauro Wolf (6), quanto menor a experiência direta que o público tem com um tema, mais essa experiência dependerá dos meios de comunicação de massa para se possuir as informações e os quadros interpretativos referentes a esse tema.

Para grande parte da população, a mídia é o elo entre seus problemas e as percepções acerca desses e é essa percepção coletiva da população em geral que muitas vezes impulsiona as ações do governo, e não necessariamente o problema em si (7). Estudos citados por Vera Sonia Mincoff Menegon (1) corroboram a importância da mídia como fonte de pesquisa e interferidora dos “processos de produção de sentidos sobre saúde e doença, seja veiculando elementos de vanguarda, seja reafirmando modelos e práticas tradicionais e discriminatórias”. Esta possível influência da mídia sobre a formação de opinião pública, ou mesmo no sentido de mudar comportamentos, tem sido objeto de vários estudos na área da teoria da comunicação, embora autores ainda discordem sobre como e em qual intensidade isso se daria (8).

1.1 O QUE É NOTÍCIA

A própria conceituação de notícia já traz, ainda que superficialmente, a noção de enquadramento, uma vez que, de acordo com Hall et al (5), a notícia seria o produto final de um processo que envolve escolha e seleção de acontecimentos e tópicos relacionados a categorias socialmente construídas. Os autores trabalham

com o conceito de valor-notícia, sendo que aquilo que é considerado como mais extraordinário ou “fora do comum” tem maior valor noticiável. Luiz Gonzaga Motta (9) destaca, ainda, que para ser considerada notícia, o fato deve ter atualidade, proximidade, proeminência, impacto e significância. Wolf (6) complementa com itens como o nível hierárquico das pessoas envolvidas, impacto sobre a população, quantidade de pessoas envolvidas, proximidade, reflexos futuros e interesse público.

Alguns fatos, portanto, sempre serão notícias e encontrarão espaços nas páginas jornalísticas. Johan Galtung e Mari Holmboe (10) destacam que acontecimentos negativos como crises, crimes e violência, por exemplo, sempre serão notícias uma vez que eles representam uma ruptura social e preenchem melhor o critério de frequência, além de serem consensuais e inequívocos. Do ponto de vista prático, notícias negativas podem estar encerradas em duas edições jornalísticas, enquanto que os acontecimentos positivos são, por natureza, mais lentos, programáveis e menos noticiáveis.

O crime é, então, “notícia” porque o seu tratamento evoca ameaças, mas também reafirma a moralidade consensual da sociedade; desenrola-se perante nós uma peça de moralidade moderna na qual o “demônio” é expulso, tanto simbólica como fisicamente, da sociedade pelos seus guardiões – a polícia e a magistratura (5).

Para Hartman e Golub (7), a busca por audiências faz com que os veículos de comunicação deem início a uma história baseada em versões distorcidas ou incompletas dos fatos, o que gera outras notícias, que combinadas a detalhes novos podem levar a uma epidemia de cobertura da mídia. Para além de critérios relacionados ao processo rotineiro da produção jornalística, há aqueles mais sutis relacionados às forças ou poderes que conduzem à definição do que deve ou não deve ser publicado, às áreas de decisões e ao debate sobre agendamento dos temas e enquadramento das notícias¹.

1 O conceito de *gatekeeping* na Teoria da Comunicação diz respeito ao processo de produção de mensagens e à série de escolhas onde o fluxo de informações é filtrado por diversos portões (*gates*), que são áreas de decisão nas quais o *gatekeeper* seleciona se um determinado assunto vai ou não ser publicado (11).

1.2 TEORIA DA AGENDA OU AGENDAMENTO

A teoria da agenda sustenta que os temas que são debatidos entre a população são definidos pelos meios de comunicação de massa e, conseqüentemente, a ênfase atribuída a cada tema é ditada, também, pela mídia. As maneiras pelas quais a mídia influencia a agenda do público também são objeto de estudo dessa teoria. A teoria defende que a mídia apresenta ao público aquilo que deve ser discutido de acordo com os interesses políticos e de controle dos grupos dominantes, dentre os quais, estão os meios de comunicação. Segundo Wolf (6), o “pressuposto do *agenda-setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelo *mass media*”.

Para Maxwell MCombs (12), um dos teóricos que defende essa linha de pesquisa, a agenda da mídia seria a agenda do público e aquilo que é silenciado pela mídia, raramente vai para o debate público. Dessa forma, a definição de uma pauta envolveria não só a apresentação e representação dos acontecimentos, mas o silêncio em relação a alguns temas e o tratamento marginalizado de alguns aspectos (13); segundo Robert Entman (14), os elementos omitidos são tão relevantes quanto aqueles incluídos, que, em médio e longo prazos, contribuirão para o surgimento e fortalecimento de tendências políticas, econômicas e sociais (2). Obviamente o estudo sobre os interesses políticos, sociais e de controle que envolve a determinação da agenda são de fundamental importância, no entanto ele não é objeto desta dissertação.

Ao citar o que classifica como um caso claro de agendamento da mídia, MCombs (12) afirma que, na década de 1980, houve um aumento no número de matérias sobre drogas no jornal estadunidense *New York Times* sem qualquer indicação de aumento de ocorrências policiais, o que gerou sensação de medo entre a população. Segundo ele, “o medo que o crime provoca no público e as preocupações sobre o crime como um problema social têm muito mais a ver com a agenda da mídia do que com as realidades do crime” (12). Para Rothberg et al. (2), a “agenda é formada pelo conjunto de enquadramentos apresentados nas matérias, em certo período de tempo, que relacionam informações com a mesma temática”; o agendamento, de acordo com o autor, localiza-se num primeiro nível de efeitos e

refere-se “sobre o que” o público pensa; já o enquadramento, em um segundo nível, faz referência a “como” o público pensa, ou seja, os meios de comunicação de massa não são neutros, eles constroem as narrativas e determinam a forma pela qual ela se dará (15).

1.3 O ENQUADRAMENTO

Mas não só a presença ou ausência de temas na mídia são capazes de determinar o que será tema de debate entre as leitoras, a forma como o tema é tratado, ou seja, o enquadramento dado à notícia é fundamental para a construção e localização política, intelectual e de valores acerca do assunto. Segundo Motta (9), o estudo sobre o enquadramento jornalístico vem se consolidando na literatura especializada e, aliado à teoria da agenda, indica que a mídia não apenas nortearia o debate na esfera pública (15), mas também teria capacidade de influenciar sobre como pensar diversos temas; o autor defende, então, que o enquadramento teria atuação mais prolongada, uma vez que poderia determinar a percepção e lembrança de uma questão por parte da leitora.

Um dos grandes teóricos dos estudos sobre enquadramento, Robert Entman (14), afirma que enquadramento envolve, essencialmente, seleção e saliência de alguns aspectos do texto jornalístico, assim, o enquadramento exerce a função de emoldurar, cortar e focalizar debates pretendidos (16) e é por meio dessa definição de enfoque, o que inclui escolha de quais vozes serão ouvidas para legitimar o discurso (15), dentre outros mecanismos, que os meios de comunicação de massa constroem narrativas a seu favor. O debate sobre agendamento e enquadramento é essencialmente político e passa por escolhas estratégicas que serão tomadas em vários níveis hierárquicos, mas que envolvem, necessariamente, poder.

Para Gadret (17), o enquadramento “depende tanto de aspectos do jornalista como indivíduo (por sua capacidade de cognição, interpretação e apresentação) como do jornalista como parte de uma comunidade interpretativa (que seleciona, enfatiza e exclui determinados aspectos do acontecimento a ser relatado)”; mas não é só isso, determinar o enfoque de uma notícia, significa se posicionar politicamente em relação a um tema. Para Elton Antunes (18), o que está realmente em discussão

são as ênfases e interpretações que estão por trás das notícias e associar o enquadramento somente à presença ou à ausência de assuntos é desprezar sua ação e consequências.

A questão, segundo Anabela Carvalho (19), não é se há enquadramento, mas como ele se apresenta. Isso não exime a jornalista da responsabilidade para com o que publica, pelo contrário, é fundamental que a profissional de comunicação reconheça e intervenha de forma responsável nos enquadramentos envolvidos na sua produção diária (20). Para Entman (14), mesmo que a jornalista persiga a objetividade e imparcialidade, seu texto sempre terá um enquadramento dominante, devido às escolhas que faz ao produzir a notícia, o que impede que o público faça uma avaliação equilibrada de uma determinada situação, daí a necessidade de atuação crítica e política.

1.3.1 Identificando enquadramentos

O enquadramento das notícias pode ser percebido sob diferentes formas como, por exemplo, no gênero jornalístico, nas narrativas, na estrutura do texto, disposição da notícia na página do jornal, títulos, frases feitas, palavras, metáforas, fontes de informação, imagens, estabelecimento de relações causais (18), dentre outros. De acordo com Carvalho (19), a forma pela qual o texto se apresenta, ou seja, o *layout* do texto, também desempenha um papel fundamental no enquadramento; a observação sobre a data da publicação, o jornal em que foi publicado, a autora, a dimensão do texto, a página de publicação etc. é reveladora, uma vez que há diferença óbvia, por exemplo, entre se publicar na página 1 ou página 20; os primeiros parágrafos de um texto também terão um peso maior. Dentre os 11 mecanismos de enquadramento, apresentados por Claes Vreese (20), quais sejam: manchetes, subtítulos, fotos, legendas de fotos, *leads*, seleção da fonte, seleção de citações, citações, logos, estatísticas e gráficos, declarações e parágrafos, irei me atentar à função das fontes no enquadramento das notícias.

Para Érik Neveu (21), é dada à fonte, também, o poder de “definir” a situação, de “enquadrá-la”. É por meio das fontes que a jornalista apresenta ideias que ela

considera relevantes, sem se posicionar explicitamente sobre essas ideias. Carvalho (19) classifica como “atores” tanto aquelas fontes citadas, como aquelas ouvidas pela jornalista, ou seja, as personagens; ambas teriam a mesma função no texto e tanto quem é citada como a forma pela qual são representadas fazem parte do enquadramento; a autora fala no poder desses atores/atrizes em relação à mídia, de se verem representados pelas jornalistas.

Segundo Hall et al. (5), os meios de comunicação não criam as notícias, pelo contrário, eles estão “dependentes de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis”; essas fontes institucionais são classificadas pelos autores como definidores primários, ou seja, são fontes reconhecidas pela sua representatividade e de seu *status* institucional. Nelson Traquina (64) afirma que esta convenção segue o raciocínio de que a posição de autoridade da fonte confere credibilidade, ou seja, “quanto mais alta é a posição do informador melhor é a fonte de informação”.

1.3.2 Natureza dos enquadramentos

Quanto à natureza dos enquadramentos, Motta (9) afirma que o jornalismo político, por exemplo, tende a utilizar enquadramentos dramáticos (narrativos) e lúdicos (metáfora de jogos) por serem mais facilmente reconhecidos. Segundo o autor, o enquadramento dramático é ordenador, prático, fácil e compreensível, sendo a “forma natural de jornalistas e públicos perceberem a si mesmos e aos outros, de enquadrarem compreensivelmente o transcórre das coisas”. A recorrência a metáforas com jogos introduzem “uma ordem na confusão da vida” e aquelas que fazem alusão a guerras são utilizadas onde há o predomínio de uma ideia de luta entre as forças do bem e do mal. Para Carvalho (19), o discurso emocional, que apela para as emoções das leitoras, é frequentemente encontrado na imprensa, e pode ter um papel importante na retórica.

1.4 MÍDIA E DROGAS

De maneira geral, a publicação de notícias está vinculada a episódios, ou seja, ações desencadeadas pelo que Hall et al (5) chamou de definidores primários. Segundo os autores, os meios de comunicação de massa não são, frequentemente, os definidores primários de acontecimentos noticiosos. Isso se comprovou na pesquisa desenvolvida para este estudo, bem como na análise citada por Vreese (20), da cobertura de veículos estadunidenses de questões sociais – como a pobreza, crime e desemprego – a qual comprovou que a cobertura de notícias diárias foi inclinada para uma interpretação episódica, retratando essas questões de forma limitada a eventos. Segundo Robert Hackett (22), à exceção de acidentes e escândalos, a maioria das notícias é “acontecimento de rotina que os detentores dos poderes políticos e burocráticos promovem”.

Essa cobertura orientada para o acontecimento, e não para as problemáticas, também é feita com relação às drogas; apreensões, iniciativas governamentais, realização de pesquisas são, frequentemente, a motivação da pauta jornalística. O comportamento da mídia frente ao crack, especificamente, foi objeto de estudo de Hartman e Golub (7) que analisaram 10 anos de cobertura da mídia impressa dos Estados Unidos da América (EUA) da epidemia de crack. Dentre outros resultados, a pesquisa revelou que os jornais muito frequentemente anunciavam manchetes que não correspondiam à realidade. Segundo os autores, a divulgação foi centrada em manchetes escandalosas e relatórios sobre a parte inicial da epidemia, num momento de pânico e com pouco conhecimento científico; relatórios de utilização estável ou decrescente de crack foram deliberadamente ignorados ou sufocados por manchetes sensacionalistas (7).

Hartman e Golub (7) sustentam que a epidemia do crack, assim como acontece com as outras drogas, é cíclica e à medida que as jornalistas tivessem informações científicas adicionais, haveria o que eles chamaram de autocorreção; como resultado, um indivíduo que continuasse a ler o jornal ao longo desse período, acabaria por desenvolver uma compreensão exata do fenômeno. O estudo revelou, no entanto, que o curso típico de epidemias de uso de drogas foi ignorado ou não foi bem compreendido pelas jornalistas; em geral, não houve menções sobre como a epidemia tende a seguir o seu curso e depois o fim. Segundo Craig e Levine (23),

esses pânicos estimulados pela mídia desviam “a atenção e recursos importantes dos maiores problemas estruturais enfrentados pela sociedade, culpando o comportamento individual e da moralidade”².

Para Hartman e Golub (7), esse enquadramento das notícias sobre crack foi deliberadamente construído não como um problema de segurança pública ou como questão de saúde pública, mas como parte de uma guerra de classes contínua, desconsiderando as desvantagens vividas por minorias sociais, étnicas e econômicas como se essas tivessem possibilidade de escolhas individuais e livre arbítrio. Hartman e Golub (7) defendem que um estudo mais cuidadoso da epidemia de crack indica que o abuso de drogas está intimamente ligado a outros problemas sociais e que não há uma solução simples e rápida a fim de evitar que a epidemia se desenvolva (7).

² Tradução da autora

2 O CRACK

Os relatos de uso de substâncias com propriedades psicotrópicas datam do mesmo período dos registros das formas de alimentação, caça e convívio dos seres humanos, ou seja, essa prática sempre acompanhou a vida humana com finalidades sociais, religiosas, dentre outras (24). O conceito de droga é, então, construído cultural e socialmente.

No mundo contemporâneo, drogas lícitas e ilícitas são frequentemente associadas à sociedade de consumo, a qual necessita adquirir tudo o que for possível, inclusive o prazer que é proporcionado pelas substâncias psicotrópicas. Segundo Bernardo Starling Albuquerque (24), as drogas também preencheriam o “vazio existencial” trazido pelo capitalismo; para ele, o crack ocupa, hoje, uma posição diferenciada das outras drogas, sendo compreendida como a maior responsável “por todos os problemas da sociedade” (24). Ainda sobre essa relação entre o uso de crack e o capitalismo, Regina Medeiros (25) afirma que o crack “é uma substância que dá à pobreza acesso ao sonhado consumo contemporâneo e, principalmente, permite a essa categoria escapar temporariamente da rotina e mazelas do cotidiano”.

O crack surgiu nos Estados Unidos da América (EUA), nos anos 1980, configurando-se numa forma diferente de uso da cocaína. A cocaína em pó é misturada à água e bicarbonato de sódio para aquecimento e posterior evaporação da água, restando as pedras da cocaína; o nome “crack” deriva do som produzido durante o aquecimento da droga (26). Trata-se, portanto, de uma forma diferente de administração da cocaína: mais rápida, mais forte, mais barata e, além disso, mais efêmera, uma vez que também perde o efeito rapidamente (27). A dependência de drogas tem implicações não somente sobre a saúde física e mental da usuária, mas também social, mas desconsiderar a dimensão prazerosa do uso da droga é, segundo, Antonieta G. Bizzotto (28), deixar-se guiar “por uma moral preconceituosa”. Qualquer tentativa de intervenção a fim de solucionar este problema, deve considerar todas essas questões.

2.1 QUANTAS SÃO AS USUÁRIAS

Embora o enfrentamento ao crack tenha se configurado numa das grandes pautas das gestoras, pouco se sabe, ainda, de qual universo está se falando. O próprio governo federal afirma em seu sítio eletrônico, criado para chamar a atenção para a questão da droga, que “não se sabe exatamente quantos são os usuários de crack no país” (29). Pesquisa divulgada pela Confederação Nacional dos Municípios, em 2010, estimou que 98% dos municípios mencionaram o consumo da droga como um problema (30), já em 2011, estudo semelhante apontou que 90,7% dos municípios fizeram menção a esse problema (31). Essa diminuição pode estar relacionada à metodologia utilizada ou mesmo à forma como a pesquisa foi estruturada/divulgada; mas se realmente houve essa diminuição, isso não foi foco de debate.

2.2 QUEM SÃO AS USUÁRIAS

Estudos realizados entre 1989 e 2008 revelam que o perfil da usuária de crack praticamente não foi alterado, sendo descrito por uma maioria masculina³, jovem, solteira, de baixa escolaridade e de baixo nível socioeconômico, sem vínculos empregatícios formais (32). Lúcio Garcia de Oliveira e Solange Aparecida Nappo (32) apontam, ainda, para o alto índice de prostituição entre as usuárias em troca da droga, estando mais suscetíveis a outras patologias além daquelas já esperadas com o uso do crack. Pesquisa realizada por Benedikt Fischer (33), entre usuárias do Canadá, revelou que a maioria não tinha habitação permanente, possuía renda provinda de trabalho ilegal ou sexo, indicava problemas diversos de saúde física, havia sido presa no último ano e relatava uso de heroína.

Outro estudo desenvolvido em Londres por Gossop, Manning, Ridge (34) comprova que o uso excessivo de álcool em conjunto com a cocaína ou crack são comuns, embora usuárias de cocaína tenham tendência a um consumo mais

³ Com a finalidade de seguir a lógica do uso do gênero feminino ao longo de toda a dissertação e mesmo considerando os aspectos epidemiológicos envolvidos, a opção por “usuárias” foi mantida.

pesado. A pesquisa apontou, ainda, uso combinado de crack ou cocaína com heroína, benzodiazepinas, anfetaminas, *ecstasy* e maconha; tanto a maconha, como o álcool, são usados, frequentemente, com o objetivo de diminuir os desconfortos causados com a diminuição do efeito da cocaína/crack. No Brasil, após entrevistas realizadas com usuárias da capital mineira de Belo Horizonte, Radamés Andrade Vieira (33) concluiu que as usuárias de crack apresentam histórico de uso intercalado de álcool, tabaco, maconha e cocaína e se veem como pessoas doentes com necessidades de acesso aos dispositivos de saúde.

Outra característica desse grupo de usuárias, que tem implicações tanto sociais, como do ponto de vista de intervenções de serviços de saúde, é a opção por viverem na rua, ou nas cracolândias. Essa opção pode não ter sido da própria usuária, mas, conforme Medeiros (25), não se pode desconsiderar a organicidade existente nas cracolândias com características (e qualidades) como acolhimento, visibilidade, interação social e proteção, além de acesso fácil às drogas e com menos riscos.

Nesse perfil, a usuária de crack torna-se, além de marginalizada, um sujeito vulnerável em todos os sentidos. Segundo Judith Butler (35), embora todos vivam uma vulnerabilidade particular, ela pode se potencializar diante de certas condições sociais e políticas, especialmente aquelas em que a violência é uma forma de vida e os meios para assegurar a autodefesa são limitados. Para Butler (35), o ser humano é naturalmente vulnerável, ou seja, a vulnerabilidade emerge com a vida, e cada um de nós estamos constituídos politicamente, em parte, em virtude da vulnerabilidade social dos nossos corpos. A autora defende, portanto, que a vulnerabilidade deva ser percebida e reconhecida para que entre em jogo um encontro ético, pois é esse reconhecimento que poderá mudar o significado e a estrutura da vulnerabilidade, configurando como o ponto de partida para demandar soluções políticas (35).

2.3 QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Mesmo considerando os problemas físicos advindos do uso contínuo do crack, é na saúde mental que se dá o tratamento desta usuária com avaliação da terapêutica adequada a cada caso. Dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), as

usuárias de álcool e outras drogas são atendidas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS-AD). O SUS possui, ainda, convênios com comunidades terapêuticas privadas e leitos em hospitais destinados às pacientes; há, ainda, iniciativas estaduais, com o apoio do governo federal, de implantação de consultórios de rua, ou seja, nos espaços frequentados pelas usuárias.

Vieira (36) afirma que no que se refere ao tratamento, as instituições carecem de orientação embasada em diagnósticos técnicos consistentes, uma vez que em fazendas e comunidades terapêuticas os indivíduos “matam o tempo” entre relatos, trabalho e excessivas liturgias bíblicas. O autor critica também as instituições governamentais que, embora sejam mais complexas, ainda são deficitárias e não suficientemente integradas. Para Gustavo Satler Cetlin (37), a grande dificuldade no tratamento seria o estabelecimento do vínculo terapêutico com a instituição e o manejo correto, por parte de profissionais, da “fissura” de forma a dilatar o tempo do dependente na instituição.

2.4 QUESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

As ações desenvolvidas com o propósito de lidar com o crack têm focado, prioritariamente, na segurança pública, com ações policiais nas cidades e nas fronteiras a fim de combater o tráfico, bem como as redes e a dinâmica no comércio de drogas (38). Embora grande parte dos estudos aponte para a relação direta entre aumento de criminalidade e o comércio/uso do crack (39), há autoras que questionam o senso comum e acreditam que criminalidade e drogas tendem a coexistirem, mas que a última não necessariamente determina a primeira e que os crimes cometidos por usuárias, por exemplo, são, geralmente, aqueles classificados como “pequenos”, ou seja, furtos realizados, geralmente, com o propósito de aquisição de drogas.

Pesquisa desenvolvida no Reino Unido a fim de estabelecer relações entre a heroína, o crack e a cocaína no cometimento de crimes de rua, constatou que essas drogas não são a causa direta de pequenos crimes, como furtos (40); segundo Chris Allen, a participação nesse tipo de crime tende a preceder o uso de drogas. De acordo com o estudo, as usuárias tendem a não racionalizar ou justificar a sua

participação nos crimes relacionando-os à necessidade material, mas descreveram sua participação como "inevitável" ou natural. Chris Allen (40) defende que essa questão é complexa e não pode ser tratada de forma simplista até porque, segundo seus estudos, a grande maioria das entrevistadas passou a usar a droga em "momentos críticos" das suas vidas, mais especificamente como vítimas de abuso sexual e perda de alguém próximo (40).

2.5 CRACK E POLÍTICAS PÚBLICAS

Do ponto de vista da formulação de políticas públicas, por meio de legislações que visem combater a questão do crack, segundo Gustavo dos Santos Fantauzzi e Bruna de Fátima Chaves Aarão (41), a temática está diretamente ligada ao âmbito da saúde e da segurança públicas, além dos direitos humanos. Em uma análise de 53 normas institucionais (legislações) criadas desde 1938, nas três esferas de governo, 77,4% não têm foco em medidas para a saúde e 60,3% têm caráter proibicionista, embora apenas 11,3% tenham foco em medidas de segurança pública (38). Segundo esses autores, as políticas existentes não conversam entre si, sendo que a Política Nacional, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, está ligada, direta ou indiretamente, à segurança pública; já a Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas ressalta a necessidade da diversidade e pluralidade de ações neste campo. As duas políticas seriam diferentes em suas correntes ideológicas, o que gera problema em suas execuções (41).

Foi a partir de 2010 que o governo federal passou a desenvolver políticas com o envolvimento de diversos Ministérios e assim, por meio do Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010 (39), o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas foi lançado com o objetivo de prevenir o uso, tratar e promover a reinserção social de usuários. O Plano foi alterado em 2011, por meio do Decreto nº 7.637, de 8 de dezembro de 2011 (42).

Decreto nº 7.179/2010

O Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas com o objetivo de prevenir o uso, tratar e promover a reinserção social de usuários. O Decreto faz menção, ainda, ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O Plano, lançado oficialmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a XIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em Brasília, é coordenado pelo Ministério da Justiça e composto por diversos órgãos, dentre eles, o Ministério da Saúde. Segundo o Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010 (43), as ações devem ser executadas por meio de adesão, de forma descentralizada e integrada entre União, Estados, municípios e Distrito Federal, garantindo a intersetorialidade, a interdisciplinaridade, a integralidade, a participação da sociedade civil e o controle social.

O Plano é composto por ações imediatas e estruturantes que devem envolver políticas e ações de saúde, assistência social, segurança pública, educação, desporto, cultura, direitos humanos, juventude, entre outras, em consonância com os pressupostos, diretrizes e objetivos da Política Nacional sobre Drogas. Dentre algumas ações classificadas como imediatas estão a ampliação de leitos e da rede de assistência social, capacitação de profissionais, além de operações com o envolvimento das polícias Federal e Rodoviária Federal, polícias Civil e Militar e Forças Armadas.

Algumas das ações estruturantes contemplam estudos e diagnóstico com vistas ao aperfeiçoamento das políticas públicas de prevenção do uso, tratamento e reinserção social da usuária e enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas, formação de recursos humanos e desenvolvimento de metodologias, além da criação de centro integrado de combate ao crime organizado e monitoramento das regiões de fronteira. Em 2010, o Plano já previa a assinatura de convênios, contratos de repasse, termos de cooperação, ajustes ou instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com consórcios públicos ou com entidades privadas – o que, somente no ano seguinte, suscitou debates e gerou polêmica.

Decreto nº 7.637/2011

Com o objetivo de alterar o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, o Decreto nº 7.637, de 8 de dezembro de 2011 (42), foi lançado em grande evento, no Palácio do Planalto, com a presença de diversos ministros de Estado. Com o nome “Crack, é possível vencer”, o Decreto traz mudanças de composição do Comitê Gestor e do Grupo Executivo. As ações não estão detalhadas no Documento Oficial, mas em apresentações dos gestores, sendo que muitas delas são as mesmas previstas no Decreto de 2010.

Focado nos eixos Prevenção, Cuidado e Autoridade, o plano inclui ações, como atenção ao usuário nos locais de concentração de uso de crack, ou seja, as cracolândias, opção de acolhimento, consultórios de rua, foco na população de rua, ampliação de horário de atendimento no CAPS-AD. Enfim, além de apresentar pequenas, mas importantes, novidades em relação ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, o Decreto de 2011 detalha ações previstas anteriormente, inclusive no que se refere às comunidades terapêuticas. A hipótese é que exatamente este detalhamento chamou a atenção da mídia e de entidades de classe. Percebe-se que nem o Decreto, nem a apresentação realizada no lançamento do programa falam em internação compulsória ou involuntária, mas esta possibilidade, prevista na Lei nº 10.216/2011 (44), foi mencionada pelo Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o que gerou grande repercussão na mídia.

2.6 POSSÍVEL EPIDEMIA

Embora algumas especialistas, gestoras e a mídia falem numa provável epidemia do crack, já há trabalhos no Brasil que sugerem a existência de um padrão de consumo controlado, com o uso racional e descontínuo de crack e, desta forma, com consequências menos graves (32). Bruce A. Jacobs (45) acredita na existência de um padrão de “modismo” que se aplica tanto aos produtos de consumo, como às drogas. Esse padrão passa por quatro fases: incubação, expansão, estabilização e declínio, sendo que o tempo entre uma fase e outra pode ser variável (45). Segundo o autor, isso é o que vem acontecendo nos Estados Unidos: após cinco anos do

surgimento de crack, o país se viu na sua maior epidemia. Com expansão rápida, em 1988 o crack era a substância mais popular e rentável no mercado da droga, mas em 1990, no entanto, a epidemia deu sinais de diminuição. Atualmente há indicadores de reduções significativas nas grandes cidades de todo o país (45).

A investigação sobre a existência de uma epidemia do crack não é objeto do presente estudo, mas para se comprovar essa hipótese são necessários pesquisas e números concretos baseados em estudos científicos e não em afirmações sensacionalistas e midiáticas. Cabe, aqui, somente uma reflexão sobre a motivação para se criar, se antecipar e não anunciar o fim de uma epidemia, que, com certeza, virá.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A análise do enquadramento das notícias publicadas nos jornais impressos brasileiros, pela saúde pública ou pela segurança pública, e a verificação do critério de agendamento das notícias publicadas sobre crack, foram feitas com a utilização de metodologia mista, por meio da estratégia explanatória sequencial. A opção por este modelo de análise deve-se à sua característica, que permite a coleta e análise de dados quantitativos na primeira fase da pesquisa, seguidas de coleta e análise de dados qualitativos, desenvolvidas sobre os resultados quantitativos iniciais (3). Dessa forma, os dados estariam separados, porém conectados, possibilitando o entendimento, sob o ponto de vista estatístico e de análise de conteúdo, do enquadramento dos textos jornalísticos publicados na mídia impressa sobre crack. Percebe-se que a utilização de apenas um método – quantitativo ou qualitativo – não exploraria suficientemente a questão.

Em primeiro momento, um levantamento censitário extraiu dados de 1.074 notícias publicadas em 80 jornais impressos brasileiros pertencentes à base de monitoramento consultada, publicadas entre os dias 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2010. A escolha pelo ano de 2010 deve-se ao lançamento do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, à realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental e de eleições presidenciais, oportunidade para capturar a opinião de prováveis governantes acerca do assunto. As notícias analisadas foram extraídas do *clipping* eletrônico, que monitora jornais de todas as regiões brasileiras, fornecido pela Organização não governamental Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, o qual tem como umas das palavras-chave o termo crack e monitora 326 jornais e revistas brasileiros. A Tabela 1 apresenta a relação dos jornais pesquisados.

Tabela 1 - Relação de jornais pesquisados (continua)

JORNAL	REGIÃO	%	Nº
A Cidade	Sudeste	0,09%	1
A Gazeta	Centro-Oeste	1,12%	12
A Gazeta	Sudeste	2,23%	24
A Notícia	Sul	0,28%	3
A Tarde	Nordeste	1,68%	18
A Tribuna	Norte	0,28%	3
A Tribuna	Sudeste	0,09%	1
A Tribuna Piracicabana	Sudeste	0,09%	1

Tabela 1 - Relação de jornais pesquisados (continuação)

JORNAL	REGIÃO	%	Nº
A voz da Serra	Sudeste	0,09%	1
Aqui BH	Sudeste	0,09%	1
Brasil Econômico*	Sudeste	0,19%	2
Brasília em Dia	Centro-Oeste	0,28%	3
Correio Braziliense*	Centro-Oeste	5,87%	63
Correio da Paraíba	Nordeste	3,07%	33
Correio do Povo	Sul	1,96%	21
Correio Lageano	Sul	0,09%	1
Correio Popular	Sudeste	0,19%	2
Diário Catarinense	Sul	2,89%	31
Diário da Manhã	Centro-Oeste	0,56%	6
Diário de Cuiabá	Centro-Oeste	0,47%	5
Diário de Marília	Sudeste	0,09%	1
Diário de Natal	Nordeste	0,74%	8
Diário de Pernambuco	Nordeste	2,51%	27
Diário de Santa Maria	Sul	0,09%	1
Diário de São Paulo	Sudeste	0,09%	1
Diário de Suzano	Sudeste	0,09%	1
Diário do Amapá	Norte	0,65%	7
Diário do Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	0,19%	2
Diário do Nordeste	Nordeste	3,45%	37
Diário do Povo	Sudeste	0,19%	2
Diário do Vale	Sudeste	0,09%	1
Estado de Minas	Sudeste	2,14%	23
Extra	Sudeste	0,19%	2
Folha de Londrina	Sul	1,21%	13
Folha de Pernambuco	Nordeste	1,96%	21
Folha de São Paulo*	Sudeste	3,17%	34
Gazeta de Alagoas	Nordeste	0,65%	7
Gazeta de Ribeirão	Sudeste	0,09%	1
Gazeta de São João Del Rei	Sudeste	0,19%	2
Gazeta do Povo	Sul	3,45%	37
Gazeta do Sul	Sul	0,37%	4
Hoje em Dia	Sudeste	0,19%	2
Jornal da Cidade	Nordeste	3,82%	41
Jornal da Tarde	Sudeste	0,74%	8
Jornal de Brasília	Centro-Oeste	1,86%	20
Jornal de Jundiá	Sudeste	0,84%	9
Jornal de Londrina	Sul	0,28%	3
Jornal de Santa Catarina	Sul	1,58%	17
Jornal do Brasil*	Sudeste	2,42%	26
Jornal do Commercio	Nordeste	5,12%	55
Jornal do Commercio	Sudeste	0,28%	3
Jornal do Dia	Norte	0,28%	3

Tabela 1 - Relação de jornais pesquisados (conclusão)

JORNAL	REGIÃO	%	Nº
Jornal do Estado	Sul	0,09%	1
Jornal do Tocantins	Norte	0,74%	8
Jornal Pequeno	Nordeste	0,28%	3
Jornal Vale do Aço	Sudeste	0,09%	1
Maracaju News	Centro-Oeste	0,09%	1
Meio Norte	Nordeste	0,09%	1
O Dia	Sudeste	2,14%	23
O Estado de São Paulo*	Sudeste	3,17%	34
O Estado do Maranhão	Nordeste	1,12%	12
O Estado do Paraná	Sul	0,09%	1
O Globo*	Sudeste	5,68%	61
O Impacto	Norte	0,19%	2
O Informativo	Sudeste	0,09%	1
O Jornal	Nordeste	0,47%	5
O Mossoroense	Nordeste	0,09%	1
O Norte	Nordeste	1,02%	11
O Popular	Centro-Oeste	0,93%	10
O Povo	Nordeste	2,23%	24
O Povo	Sudeste	9,50%	102
O Progresso	Centro-Oeste	0,09%	1
O Progresso	Norte	0,09%	1
O Tempo	Sudeste	0,74%	8
Pioneiro	Sul	0,37%	4
Tribuna de Minas	Sudeste	0,09%	1
Tribuna do Brasil	Centro-Oeste	0,19%	2
Tribuna do Norte	Nordeste	1,40%	15
Valor Econômico*	Sudeste	0,65%	7
Zero Hora	Sul	7,64%	82
	Total	100%	1.074

*Circulação nacional

A pesquisa considerou como válidas notícias repetidas em diferentes jornais. Essa repetição se deve ao fornecimento de material jornalístico pelas agências de notícias, como a estatal EBC e a Agência Estado, ou pelos veículos pertencerem a um mesmo grupo de comunicação, como o Grupo RBS e Diários Associados, por exemplo. Quanto à abrangência dos jornais, oito são de circulação nacional, isso significa dizer que dos 31 jornais contabilizados como sendo da região Sudeste, seis são de circulação nacional e que as notícias, então, não estariam restritas às suas regiões. A classificação como veículo nacional e regional é utilizada pela base de

monitoramento e se fundamenta nos critérios de circulação do jornal e pela prioridade de pauta para as matérias, se nacional ou regional.

Foram utilizados como um dos critérios de exclusão de notícias textos publicados somente na internet e em revistas, ou seja, foram utilizados somente textos publicados em jornais impressos. As notícias do Jornal do Brasil, por exemplo, foram computadas somente até o dia 31 de agosto de 2010, visto que a partir desta data o jornal passou a ser editado somente em versão *online*.

3.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo reúne elementos quantitativos e qualitativos e permite a verificação de critérios utilizados para publicação, frequência de fontes, narrativas etc. A análise de conteúdo pode ser utilizada, ainda, para detectar tendências, enquadramentos e agendamentos (46). Além de incluir como unidades de análise palavras, frases ou textos inteiros, como foi o caso da presente dissertação, a análise de conteúdo pode ser feita, ainda, com o uso de fotos, imagens, espaço ocupado na página do jornal, centimetragem etc., porém, o uso de notícias capturadas na base de dados eletrônica não permite análises além das textuais. Alguns títulos de notícias também foram selecionados de forma aleatória para compor a análise.

A análise de conteúdo foi realizada por meio de um instrumento de registro de dados composto de dez quesitos, desenvolvido no programa *Microsoft Access*®, especificamente para o presente estudo com observação de tópicos referentes ao nome do veículo e região brasileira a qual pertence, gênero jornalístico (matéria, nota, coluna, artigo, opinião do leitor, outro), citação de fontes e de qual área (gestor, profissional de saúde, autoridade policial, autoridade judicial, pesquisador da área de saúde, pesquisador da área de segurança pública, usuário), se o crack é tratado na matéria como questão primária ou secundária, motivação da pauta (campanhas/iniciativas governamentais, eleições, ações policiais, história de personagens, outra), enfoque da notícia (saúde pública, segurança pública, outra) e se o crack é citado com outras drogas e quais. Após a leitura integral de todos os textos, foi realizada a tabulação dos dados para posterior análise estatística.

Pré-teste

Com a finalidade de validar o instrumento criado, foi realizado um pré-teste em 63 textos jornalísticos, o que resultou na supressão de alguns quesitos, alteração na ordem e inserção de novos campos.

3.2 ESTUDO DE CASO

Para o desenvolvimento do capítulo 5 “Estudo de caso: quando uma pauta de saúde pública vira caso de polícia”, a análise do enquadramento das notícias publicadas nos jornais impressos brasileiros se restringiu à Ação Integrada Centro Legal, realizada pela Prefeitura de São Paulo. A busca por notícias publicadas em todo o Brasil, desde junho de 2009, sobre a Ação, recuperou, de forma mais condensada, 74 notícias publicadas em 19 jornais em três períodos: julho de 2009, janeiro e fevereiro de 2010 e janeiro de 2012.

A proposta de inserção de um estudo de caso sobre a Ação Integrada surge da necessidade de imprimir e apresentar um episódio atual à pesquisa, além da importância da ação propriamente dita.

3.3 ÉTICA EM PESQUISA

As preocupações com os aspectos éticos relacionados às pesquisas surgiram após a Segunda Guerra Mundial, diante das evidências da realização de experimentos nazistas nos campos de concentração. Todo o arcabouço ético e legal que foi criado em relação à realização de pesquisas em seres humanos gira em torno da proteção ao indivíduo e, segundo Rogers e Ballantyne (47) “toda pesquisa tem o potencial de causar danos, e todo participante é potencialmente vulnerável em certa medida”. Diante disso, normas e tratados nacionais e internacionais foram criados a fim de proteger os sujeitos de pesquisa, como o Código de Nuremberg (48), a Declaração de Helsinque (49), o Relatório Belmont (50), dentre outros.

Em 1996, e inspirada nos documentos citados, a Resolução nº 196/96 (51), elenca os requisitos éticos fundamentais para garantir o respeito à dignidade dos participantes, como: elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do termo de assentimento, para o caso de crianças e adolescentes; processo de obtenção do TCLE; estratégias e métodos de recrutamento dos sujeitos; equilíbrio entre riscos e benefícios; ressarcimento de gastos pessoais em função da participação no estudo; indenização por danos provenientes da participação na pesquisa; estratégias para cobrir os custos das instituições de saúde onde são recrutados os participantes; confidencialidade sobre a origem das informações; aspectos relacionados à justiça; critérios para os casos de quebra do sigilo; avaliação sobre a relevância social da pesquisa; e processo de acompanhamento da condução do estudo.

De acordo com Greco e Guilhem (52), a noção do que seja risco ou mesmo benefícios na pesquisa social com certeza é diferenciada daquela aplicada à pesquisa clínica, mas o campo da pesquisa social ainda se vale, em muitas situações, das mesmas diretrizes criadas para as pesquisas biomédicas, no caso do Brasil, a Resolução CNS nº 196/1996; em outras palavras, conforme Diniz (53) “a matriz de avaliação da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil é predominantemente biomédica” (53).

Diniz defende que a análise ética de pesquisas sociais não deve ter o objetivo de enquadrá-la no padrão existente, mas de reconhecimento de suas particularidades metodológicas e de atuação, o que requer uma “nova sensibilidade ética”. Diniz e Guerriero (54) lembram que, na pesquisa social, grande parte das técnicas qualitativas de levantamento de dados consiste em observações e entrevistas “em ambas, o risco de dano aos participantes é mínimo, o que não presume que risco mínimo é o mesmo que inexistência de questionamentos éticos”.

Segundo a Resolução CNS nº 196/96 “todos os protocolos de pesquisa que envolvam seres humanos, independente da área de conhecimento de que são provenientes, devem ser avaliados quanto aos critérios éticos e científicos por um comitê de ética em pesquisa institucional” (51). Portanto, por não se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos e por ser baseada em documentos públicos, no caso, textos jornalísticos, a pesquisa realizada para o desenvolvimento desta dissertação não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa para apreciação ética.

3.4 JUSTIFICATIVA DA DEFINIÇÃO DE ALGUNS CRITÉRIOS DE ANÁLISES

Região do país - este item permitiu analisar a existência de um padrão no enquadramento da mídia em cada região.

Nome do jornal - este item permitiu analisar a existência de um padrão no enquadramento por veículo/jornal.

Natureza da notícia - este item permitiu classificar as matérias em gêneros jornalísticos e, conseqüentemente, ter a noção do espaço destinado ao tema.

Uso de fontes - este item forneceu o conhecimento acerca do aprofundamento do tema, bem como acerca dos profissionais envolvidos/ouvidos, o que já permitiria a confirmação, ou não, do enquadramento.

Pauta primária/secundária - este item forneceu uma visão geral de como o crack é tratado pela mídia, ou seja, se houve a intenção de trabalhar a temática ou se o crack foi apenas citado para contextualizar outro fenômeno.

Geração/motivo da pauta - este item permitiu analisar a motivação da pauta, de forma a entender se a mídia pauta os fenômenos ou se é pautada por ações externas.

Enfoque da notícia - este item apresenta, de forma direta, o enquadramento dado na matéria.

Outras drogas (inclusive lícitas) - este item permitiu analisar a relação de tráfico e consumo do crack com outras drogas, inclusive álcool e tabaco. Observa-se que não foram contabilizadas as palavras “álcool” e “cocaína” quando essas se relacionavam a nomes de programas governamentais ou à pasta base do crack.

3.5 GLOSSÁRIO

Para a análise foi criado também um glossário, a fim de nortear as classificações. O glossário apresenta os critérios utilizados para inclusão de itens, sendo que algumas definições são usadas de forma ampla (11), enquanto outras se restringem apenas a este estudo.

Matéria - textos com maior detalhamento jornalístico, que tenham envolvido, teoricamente, apuração, pesquisa, comparação, interpretação, seleção e redação.

Nota - pequena notícia destinada à informação rápida e concisa.

Coluna - seção especializada e publicada com regularidade. Geralmente assinada e é redigida em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum.

Artigo - texto jornalístico interpretativo e opinativo que desenvolve uma ideia ou comenta um assunto a partir de determinada fundamentação.

Opinião do leitor - espaço no qual o leitor se expressa tanto para comentar notícias anteriores como para fazer queixas relativas ao seu cotidiano.

Editorial - texto opinativo, escrito de maneira impessoal e não assinado, referente a assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo de comunicação ou da empresa responsável pela publicação.

Fonte - pessoa usada pela repórter na busca de informação, podendo ser oficial ou não autorizada.

Autoridade policial - delegadas, policiais civis, militares, federais e da guarda municipal.

Autoridade de saúde - profissionais de saúde, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 287/1998 (55).

Usuária - aquela que tenha usado ou usa crack, álcool e outras drogas.

Autoridade judicial - juízas, promotoras, oficial de justiça.

Pauta - agenda ou roteiro dos assuntos a serem noticiados.

Pauta primária - quando o enfoque principal da matéria é o crack.

Pauta secundária - quando a problemática do crack é apenas citada na matéria em meio a dezenas de outros fenômenos.

Campanhas/iniciativas governamentais - ações de entidades (igrejas, organizações não governamentais etc.) e/ou governo de forma a inibir/alertar para as consequências do uso do crack.

Ações policiais - apreensões de drogas, prisões, invasões etc.

História de personagens - matéria focada nos dramas pessoais.

Outras drogas (inclusive lícitas) - Álcool, Anfetaminas, Cocaína, Cola, Drogas Sintéticas, Haxixe, Heroína, Loló, Maconha, Medicamentos, Merla, Óxi, Tabaco, dentre outras.

4 RESULTADOS

A análise do enquadramento das notícias publicadas nos jornais impressos brasileiros e a verificação do critério de agendamento das notícias sobre crack foram realizadas em 1.074 textos jornalísticos publicados em 80 jornais, entre os dias 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2010. A pergunta de pesquisa que guiou a análise dos dados foi verificar se o enquadramento era de saúde pública ou de segurança pública. Como os textos capturados pertencem a todas as regiões brasileiras, a observação sobre a distribuição regional dos jornais e das notícias que mais publicaram notícias sobre crack nos permite saber se há homogeneidade no debate em todo o Brasil e quais regiões deram maior ou menor ênfase à questão.

4.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS PUBLICAÇÕES

Dos 80 jornais pesquisados, 32 pertencem à região Sudeste, 17 à região Nordeste, 14 à região Sul, 11 pertencem à região Centro-Oeste e seis são da região Norte; essa distribuição de jornais reflete também a proporção de redações jornalísticas existentes nas regiões citadas, com mais concentração de publicações na região Sudeste do país. A Figura 1 apresenta a concentração de jornais por região em porcentagens.

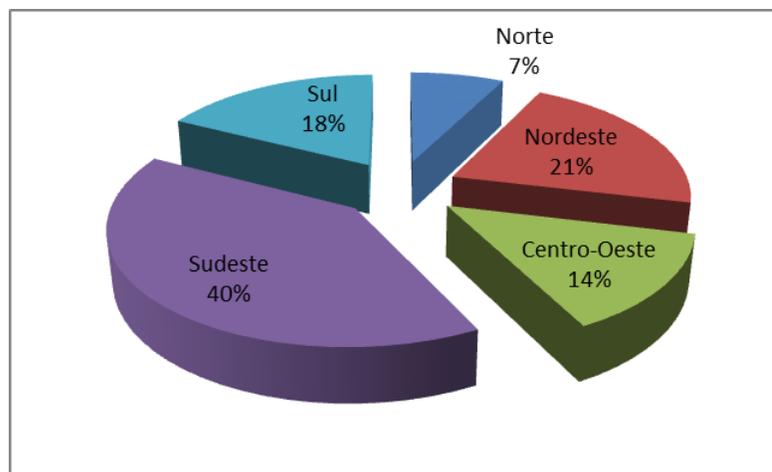


Figura 1 - Concentração de jornais por região

Ressalta-se que dos 32 jornais contabilizados como sendo da região Sudeste, seis são de circulação nacional, ou seja, as notícias neles publicadas vão para além do seu território⁴. Conforme Figura 2, que apresenta a distribuição das notícias por região, foram publicadas 387 notícias na região Sudeste, 319 na região Nordeste, 219 na região Sul, 125 na Centro-Oeste e 24 na região Norte. Em termos proporcionais, no entanto, a região Nordeste publica mais notícias por jornal em relação à região Sudeste; são 19 notícias no Nordeste contra 12 na região Sudeste.

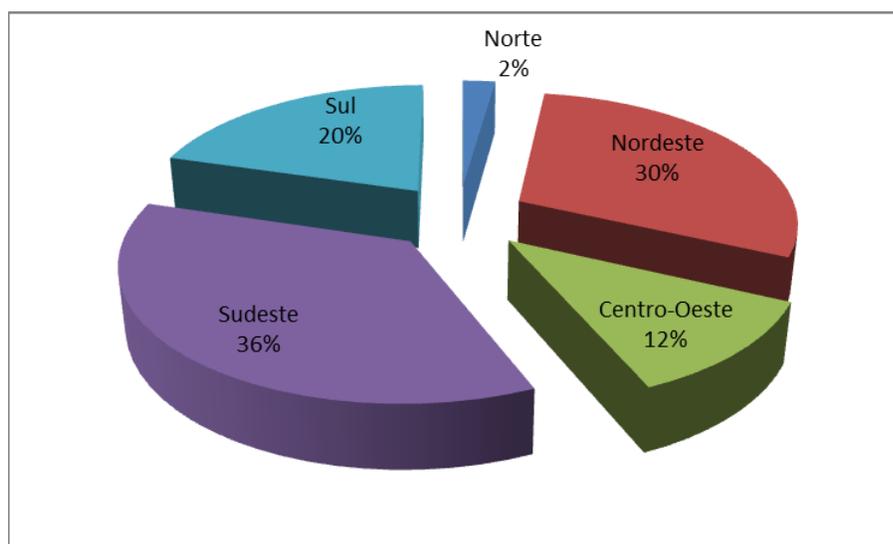


Figura 2 - Distribuição das notícias por região

Das 1.074 notícias, 227 foram publicadas em jornais de circulação nacional e 847 em jornais regionais. Observa-se que das 387 notícias da região Sudeste, 164 foram publicadas em jornal de circulação nacional, o que representa 13% do total de notícias publicadas em todo o Brasil. Em números absolutos, o cenário apresenta uma considerável mudança, sendo que jornais da região Sudeste, Sul e Centro-Oeste ocupam 1º, 2º e 3º lugares, respectivamente. A Tabela 2, a seguir, apresenta os dez jornais com maior concentração de publicações em números absolutos.

⁴ A classificação como veículo nacional e regional é utilizada pela base de monitoramento e se fundamenta nos critérios de circulação do jornal e pela prioridade de pauta para as matérias, se nacional ou regional.

Tabela 2 - Jornais com maior número de publicações

JORNAL	REGIÃO	%	Nº
O Povo	Sudeste	9,50%	102
Zero Hora	Sul	5,87%	82
Correio Braziliense	Centro-Oeste	5,87%	63
O Globo	Sudeste	5,68%	61
Jornal do Commercio	Nordeste	5,12%	55
Jornal da Cidade	Nordeste	3,82%	41
Diário do Nordeste	Nordeste	3,45%	37
Gazeta do Povo	Sul	3,45%	37
Folha de São Paulo	Sudeste	3,17%	34
O Estado de São Paulo	Sudeste	3,17%	34
Correio da Paraíba	Nordeste	3,07%	33
		52,14%	579

4.2 PERÍODO DE PUBLICAÇÃO

Quanto ao período de publicação das notícias, 2010 caracteriza-se como o ano do lançamento do primeiro Plano de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, lançado pelo governo federal, em maio; a IV Conferência Nacional de Saúde Mental, composta por etapas municipais e estaduais, também foi um importante espaço do controle social para debate das políticas que envolvem a usuária de crack e as ações do governo. Por fim, o período eleitoral colocou o crack na pauta das propostas políticas de candidatos aos governos estaduais e federal. A Figura 3, a seguir, mostra como alguns desses episódios possam ter impactado no número de publicações. Percebe-se que maio e junho foram períodos com o maior número de notícias publicadas nos jornais impressos brasileiros.

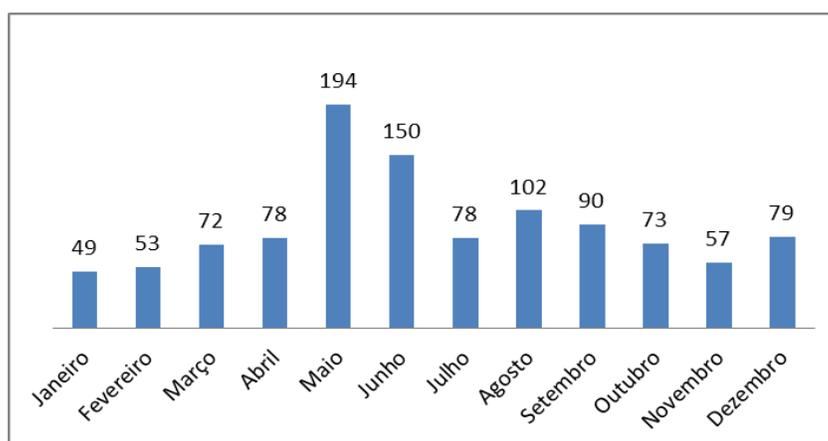


Figura 3 - Publicações por período

4.3 NATUREZA DA PAUTA: PRIMÁRIA OU SECUNDÁRIA

Na análise de cada notícia, procurou-se saber se o termo crack surgiu no texto como pauta principal ou secundária, ou seja, quando a notícia não envolvia o debate específico sobre a droga. As notícias que trataram, por exemplo, de histórias de usuárias de crack ou de iniciativas governamentais para controlar o uso do crack foram consideradas como pautas primárias, já aquelas sobre apreensões de drogas, dentre elas, o crack, foram consideradas pautas secundárias. Também foram categorizadas como pauta secundária, aquelas notícias em que o crack foi citado num contexto genérico, como, por exemplo, em entrevistas com candidatas às eleições em que elas, dentre outras ações das mais diversas áreas, citam o combate ao crack.

Das notícias publicadas sobre crack, 47% delas foram feitas de forma secundária no contexto geral da notícia, em contraposição aos 53% que focaram o crack como tema principal. Observa-se, entretanto, que embora a diferença seja apenas de 6%, as notícias que trataram o crack como pauta principal foram feitas de maneira enfática e vigorosa, ou seja, como se a droga fosse o grande problema a ser enfrentado pela sociedade e pelo governo. Conforme trecho da matéria *A droga assassina*, publicada no Jornal do Brasil, do dia 27 de agosto de 2010: “Um terço dos homicídios em Belo Horizonte ocorreu por causa do tráfico de drogas. E o vilão da epidemia tem nome: crack” (56).

4.4 GÊNERO JORNALÍSTICO

Outro fator que configura relevância ao tema é o gênero jornalístico que o veículo de comunicação optou por tratar o tema. No período de análise a grande maioria dos jornais tratou do assunto em matérias ou reportagens, caracterizadas como textos maiores e que garantiriam maior aprofundamento do tema. Assim, conforme Tabela 3, em termos de gênero jornalístico o tema crack foi tratado em matérias/reportagens em 50% dos casos, os outros 50% foram divididos em Notas, Colunas, Artigos, Opinião da Leitora e Outros gêneros.

Tabela 3 - Gênero jornalístico

GÊNERO	%	Nº
Matéria/Reportagem	50,56%	543
Nota	17,13%	184
Coluna	12,10%	130
Artigo	7,82%	84
Opinião da leitora	4,84%	52
Outros gêneros	7,54%	81
	100%	1.074

Observa-se, nas reportagens, grande semelhança entre textos e fontes, o que sugere o uso de textos de agências de notícias – como a própria estatal Empresa Brasil de Comunicação (EBC), por exemplo – e de veículos pertencentes a redes de comunicação (onde um grupo possui jornais em diferentes estados). Segundo Érik Neveu (21), as agências funcionariam como a “mídia da mídia”, uma vez que numa época de redações esvaziadas, seu papel de fornecedora de notícias preenche, burocraticamente, as páginas do jornal.

Nota-se, ainda, uma padronização dos estilos e textos o que, conseqüentemente, gera uma padronização da linguagem e do debate. Maria Cleidejane Silva Esperidião (57), em sua tese “Gigantes do telejornalismo mundial – Mutações editoriais e tecnológicas das agências internacionais de notícias”, reafirma que durante a Guerra Fria, por exemplo, “as agências produziam e distribuíam notícias sob a ótica e o interesse dos países mais ricos e ocidentais”. No Brasil não é diferente, as agências, estatais ou privadas, imprimem sua visão e seu enquadramento às matérias que serão distribuídas a todo o país.

Outros gêneros

Apresentados em menor concentração (7,54%) o item *Outros gêneros* se refere a publicações atípicas ou que não fizeram parte do modo de cobertura rotineiro. Aqui foram registrados os editoriais, as entrevistas, os debates, a coluna semanal “O Presidente Responde” e, posteriormente, o discurso de vitória e de posse da Presidenta da República, sendo que esses dois últimos, ao contrário das notícias, não foram computados em todos os jornais. Ao contrário das notícias, que poderiam apresentar alguma diferenciação entre um jornal e outro, a coluna da Presidência da República e os discursos citados, além de terem sido publicados em

um número grande de jornais, o que poderia gerar um viés à pesquisa, foram exatamente iguais.

Ainda como parte da categoria *Outros gêneros*, cabe um comentário acerca dos *Editoriais*, que, nessa categoria, absorveu 57% dos textos. Segundo Jean-François Tétu (58), é por meio do Editorial que os jornais não só informam, mas indicam a maneira como a leitora deve perceber os acontecimentos de forma mais explícita, sem se valer de mensagens subliminares e quase imperceptíveis aos leitores mais desavisados. De acordo com o autor, os editoriais “constroem o acontecimento”, sendo “o primeiro modo, e talvez o mais radical, da persuasão do jornal” (58). No período pesquisado foram publicados 48 editoriais, todos com linguagem direta e objetiva, conforme trecho, abaixo, publicado no jornal A Gazeta, em 22 de janeiro de 2010:

Enquanto não houver intervenções severas, muitas famílias vão continuar perdendo seus filhos para os traficantes. Para o governo do Estado recai a responsabilidade de tratar dos seus doentes, sem a menor infraestrutura para isso (59).

Para Hall et al. (5) o “falar pelo público” num editorial, ou seja, a verbalização sobre o que, supostamente, a maioria do público pensa, investe ao jornal uma legitimidade pública, sendo a forma como os meios de comunicação de massa mais ativamente modelam e estruturam a opinião pública.

4.6 MOTIVAÇÃO DA PAUTA

A análise sobre o que motivou a pauta está relacionada ao conceito de agendamento. A notícia tanto pode ser fruto do dia a dia jornalístico, como fruto de eventos e ações lideradas pelo Estado, sociedade civil, dentre outros. A Tabela 4 mostra como motivações principais: Ações Policiais, Campanha/iniciativas governamentais, Eleições e Histórias de personagens, respectivamente:

Tabela 4 - Motivação da pauta

MOTIVAÇÃO DA PAUTA	%	Nº
Ações Policiais	18,25%	196
Campanhas/Iniciativas Governamentais	15,46%	166
Eleições	11,45%	123
Histórias de Personagens	9,12%	98
Outros	45,72%	491
	100,00%	1.074

Quando citado num contexto de segurança pública, o crack, frequentemente, está relacionado a ações policiais como apreensões de drogas, armas e crimes, ou seja, as notícias apresentam poucas iniciativas relacionadas à política pública aplicada ao controle do tráfico de drogas. A exceção a esse padrão está a ação da polícia nas cracolândias, sobre a qual irei tratar no capítulo a seguir *Estudo de Caso: Quando uma pauta de saúde pública vira caso de polícia*.

HISTÓRIAS DE PERSONAGENS

Embora não apareça como principal motivo de pauta, as histórias de personagens surgem como pauta primária em grande parte das matérias e isso se deve ao conteúdo dramático que elas carregam. É por meio dessa narrativa que a jornalista leva a leitora para dentro do drama do crack, dando oportunidade para que ela conheça as usuárias em seu cotidiano, bem como o drama das mães das usuárias, frequentemente citadas nas matérias como pessoas desamparadas de apoio institucional e social, capazes, muitas vezes, de acorrentar a própria filha. Conforme trecho da matéria “Dependentes desamparados”, publicada no jornal Correio Braziliense, do dia 11 de janeiro de 2010:

Sem recursos para internar o filho de 13 anos em uma clínica especializada, ela o acorrentou à janela da própria casa. O adolescente viciou-se em crack há três meses por incentivo dos amigos (60).

As histórias de personagens se encaixam no que Vreese (20) chama de interesse humano, ou seja, dentre os cinco possíveis enquadramentos de notícias há aquele que “traz um rosto humano, a história de um indivíduo, ou um ângulo emocional para a apresentação de um evento, questão ou problema”. Faz parte da prática jornalística a ênfase no extraordinário, no trágico e dramático e as matérias sobre crack aparecem carregadas de histórias de personagens que abandonaram ou foram abandonadas por suas famílias e que se envolveram em ações criminosas ou de prostituição para manter o vício, conforme trecho abaixo, publicado pelo jornal Folha de Pernambuco de 8 de junho de 2010:

Mais uma história envolvendo jovem dependente de crack terminou em violência dentro do seio familiar. Um adolescente de 17 anos esfaqueou a própria mãe, uma dona de casa de 38 anos, na madrugada de ontem, porque não conseguiu dinheiro para comprar a droga (61).

Esse trecho mostra o que Stuart Hall et al (5) caracteriza como “fora do comum”, o que de certo modo vai contra as nossas expectativas “normais” acerca da

vida social” (5). Para Anabela Carvalho (19), o discurso emocional, que apela para as emoções das leitoras, é frequentemente encontrado na imprensa, e pode ter um papel importante na retórica.

No caso do crack não é diferente. Medeiros (25) afirma que os meios de comunicação de massa reforçam a ideia de que o crack seria um dos grandes problemas da sociedade atual, com matérias com grande sobrecarga moral e associadas à violência. Segundo Katz (62), essa é uma característica do jornalismo ocidental, que procura enfatizar os acontecimentos negativos, ou seja, as notícias negativas seriam “mais facilmente consensuais e inequívocas no sentido de que haverá acordo acerca da interpretação do acontecimento como negativo”.

OUTROS MOTIVOS DE PAUTA

Conforme indica a Tabela 5, foram caracterizados como *Outros Motivos* de pauta, narrativas sobre o dia a dia, rotineiras, além da realização de eventos, divulgação de pesquisas e relatórios, iniciativas dos veículos de comunicação, dentre outros.

Tabela 5 - Outros motivos de pauta (continua)

OUTROS MOTIVOS	%	Nº
Dia a dia	32,33%	204
Diversos (citados apenas uma vez)	17,27%	109
Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas	6,97%	44
Oferta de tratamento	6,02%	38
Iniciativas do veículo de comunicação	4,44%	28
Aumento do uso de crack	3,33%	21
Liberação de recursos do Plano Integrado	2,85%	18
Legislação em debate	2,54%	16
Pesquisa Confederação Nacional dos Municípios	2,38%	15
Aumento do uso de álcool	1,90%	12
Audiência pública	1,43%	9
Levantamento Senad	1,43%	9
Plano Estadual de Enfrentamento ao Crack	1,27%	8
Balanço de governo	1,11%	7
Dia Internacional de Combate às Drogas	0,95%	6
Financiamento de pesquisas	0,95%	6
Iniciativas do veículo de comunicação (novela)	0,79%	5
Seminário Internacional de Políticas sobre Drogas	0,79%	5
Criação da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Crack	0,63%	4
Pesquisa sobre o perfil dos usuários	0,63%	4
Plano Estadual de Combate ao Crack	0,63%	4
Conferência de Saúde Mental	0,48%	3
Lançamento da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Crack	0,48%	3
Lançamento de livro	0,48%	3
Pesquisa Ministério da Saúde	0,48%	3
Plano Integrado	0,48%	3
Política	0,48%	3

Tabela 5 - Outros motivos de pauta (conclusão)

OUTROS MOTIVOS	%	Nº
Realização de audiência pública	0,48%	3
Relatório Jife	0,48%	3
Resultados Pesquisa IBGE	0,48%	3
Ações Ministério da Saúde	0,32%	2
Balanço do ano	0,32%	2
Dia Mundial da Saúde	0,32%	2
Frente Parlamentar Mista de Combate ao Crack	0,32%	2
I Congresso Internacional Crack e outras Drogas	0,32%	2
I Fórum Nacional sobre aspectos médicos e sociais relacionados ao uso do crack	0,32%	2
II Encontro de profissionais e voluntários	0,32%	2
III Fórum Estadual de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas	0,32%	2
Iniciativa do Estado do Rio de Janeiro	0,32%	2
Iniciativas dos veículos de comunicação	0,32%	2
Lei de Diretrizes Orçamentárias	0,32%	2
Lei seca	0,32%	2
Mapa da Violência 2010	0,32%	2
Plano Estadual de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas	0,32%	2
Programa de Prevenção à Violência	0,32%	2
Seminário Intersectorialidade: Pensando a rede de cuidado no consumo do crack	0,32%	2
	100,00%	631

Em 2010, foram registradas iniciativas de duas redes de veículos de comunicação. O Grupo gaúcho RBS com a campanha “Crack, nem pensar” promoveu uma série de eventos e notícias em seus veículos sobre o assunto, assim como o Sistema Correio de Comunicação, do estado da Paraíba, com a campanha “Crack, Jamais!”. Embora interessante, os motivos pelos quais esses veículos decidiram por esse tipo de campanha não foram identificados e não são objeto desta dissertação.

4.6 FONTES

Embora possam ser usadas como mecanismos de enquadramento, o uso ou citação de fontes conferem às notícias credibilidade (63). No universo de 1.074 notícias pesquisadas, no entanto, 58% delas não citaram qualquer fonte, ou seja, 618 notícias. Das 456 que citaram fontes, estas pertenciam às seguintes áreas: gestão, profissional de saúde, autoridade policial, pesquisa na área de saúde e de segurança pública, judiciário e a própria usuária ou familiar.

Conforme Tabela 6, a principal fonte utilizada são as gestoras, seja da saúde ou da segurança, o que significa dizer que a grande maioria dos jornais utilizam fontes oficiais, com pouco, ou nenhum espaço para o contraditório. Essas fontes

institucionais são classificadas por Stuart Hall et al. (5) como definidores primários, ou seja, são fontes reconhecidas pela sua representatividade e de seu *status* institucional. Embora, de acordo com Nelson Traquina (63), quanto mais alta a posição da fonte, maior seria a credibilidade da matéria, cabe também a esta fonte o poder de “definir” a situação, de “enquadrá-la”.

Tabela 6 - Fontes por área

FONTES POR ÁREA	%	Nº
Gestora	31,80%	145
Profissional de Saúde	25,22%	115
Autoridade Policial	20,18%	92
Pesquisadora da Área de Saúde	9,43%	43
Autoridade Judicial	4,82%	22
Usuária	3,73%	17
Pesquisadora da Área de Segurança Pública	2,63%	12
Outras	2,19%	10
	100,00%	456

4.7 OUTRAS DROGAS

Diante da diversidade de pesquisas relacionando o uso e comércio de crack com outras drogas (34), um dos questionamentos deste estudo foi no sentido de verificar se as notícias veiculadas também estabeleciam esta relação e a constatação é de que 36%, ou seja, 410 notícias analisadas citam, juntamente com o crack, outras drogas, lícitas ou ilícitas. Frequentemente os textos jornalísticos estiveram relacionados às apreensões de drogas e sobre o uso do crack, que frequentemente surge associado ao álcool, maconha e cocaína. A Tabela 7, a seguir, mostra as drogas mais citadas:

Tabela 7 - Drogas mais citadas

OUTRAS DROGAS	%	Nº
Cocaína	21%	54
Maconha	18%	45
Álcool	14%	35
Tabaco	10%	25
Ecstasy	6%	16
Heroína	6%	16
LSD	5%	13
Medicamentos	4%	11
Haxixe	4%	9
Loló	2%	6
Outras Drogas	9%	23
	100%	253

4.8 ENQUADRAMENTO DAS NOTÍCIAS

Como resposta direta ao questionamento deste estudo, se o enquadramento das notícias sobre crack é sob o viés da saúde pública ou da segurança pública, a Figura 4, a seguir, mostra que 40% dos textos publicados são sobre saúde, 34% sobre segurança pública e 26% são outros enquadramentos. Entendeu-se por enquadramento saúde, aqueles textos com citações aos dispositivos de saúde oferecidos para tratamento do vício, intervenções das secretarias de saúde e alusões aos serviços ou deficiências dos serviços de saúde mental para atender a usuária. As notícias classificadas como sendo de segurança pública foram aquelas sobre ações da polícia ou relacionadas à prática de crimes, sem muito aprofundamento e com caráter mais descritivo. O enquadramento *outros* inclui as abordagens intersetoriais, ou seja, aquelas que se preocuparam em tratar o problema da droga sob o ponto de vista social, da educação, saúde etc.

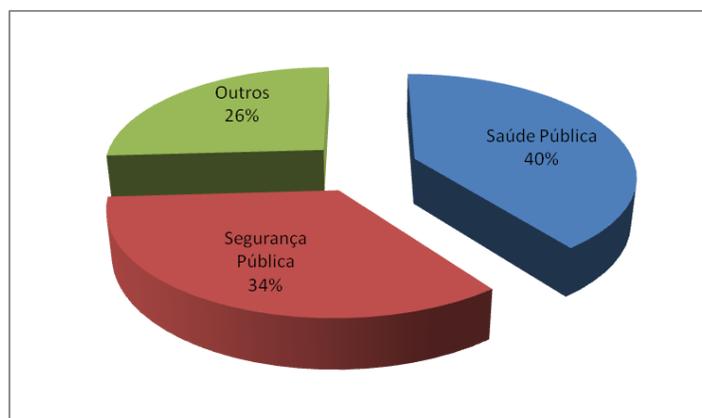


Figura 4 - Enquadramentos das notícias

OS ENQUADRAMENTOS

Afirmar que 40% das notícias publicadas sobre crack são sob o enfoque da saúde pública significa dizer que o debate está localizado, em parte, na saúde e que há uma percepção das jornalistas, ou mesmo da sociedade, a esse respeito. Muito embora a própria percepção de saúde ainda esteja intrinsecamente ligada a dispositivos de saúde disponibilizados pelo poder público para o tratamento do usuário de crack, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), leitos

psiquiátricos, centros terapêuticos, dentre outros, descontextualizando o debate acerca do direito à saúde e à saúde mental.

A matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense, do dia 21 de maio, *Ampliar o ataque, reduzir danos* procurou ir além da informação, com citações de fontes diversas e contemplando a saúde no seu sentido mais amplo, e não apenas os dispositivos de saúde (64). O trecho abaixo da matéria *Dinheiro para reduzir danos*, publicada no Jornal do Commercio, do dia 20 de maio de 2010, também é um dos poucos textos publicados que mostram à leitora que o debate acerca do uso de crack está inserido no debate do cuidado à saúde mental.

Conforme gestores, a política de saúde mental consome apenas 4% do orçamento do SUS, fatia ainda muito pequena diante dos problemas velhos e novos. Além de se estruturar para a alta demanda do avassalador crack, que mereceu em junho e dezembro do ano passado plano emergencial e campanha do Ministério da Saúde, é necessário cuidar de outras dependências e doenças psíquicas (65).

Merece atenção, também, as notícias categorizadas como *Outros enfoques*, com 26% de publicação. Conforme Tabela 8, abaixo, foram publicadas notícias com abordagem intersetorial, ou seja, aquelas que se preocuparam em tratar o problema da droga sob o ponto de vista social, de educação, de saúde etc., além daquelas que trataram saúde e segurança com peso semelhante, sob o enfoque social, de legislação, dentre outros, inclusive aqueles indefinidos.

Tabela 8 - Outros enfoques

OUTROS ENFOQUES	%	N^o
Indefinido	33%	91
Intersetorial	26%	71
Saúde e segurança	19%	54
Social	16%	45
Legislação	4%	10
Drogas no mundo esportivo	1%	2
Saúde e social	1%	2
Combate às drogas	0%	1
Políticas para a juventude	0%	1
	100%	277

Esse resultado corrobora os estudos de Hartman e Golub (7) que sugerem que as matérias sobre crack foram construídas pela mídia, de forma deliberada, não como um problema de segurança pública, nem como uma questão de saúde pública, mas como parte de uma guerra de classes contínua, ou seja, como um problema social.

4.9 IDENTIFICANDO ENQUADRAMENTOS NOS TÍTULOS E OUTROS SINAIS

Outra forma de verificar e comprovar enquadramentos está na análise dos títulos das matérias, uma vez que, segundo Antunes (18) “todo elemento significativo na estruturação do discurso do jornal impresso e que atue como nucleador pode ser tomado como um índice para construção de um dispositivo de enquadramento”. Além daqueles títulos que apelam para a emoção e metáforas, há os mais imperceptíveis como o que Maurice Mouillaud (16) classifica de anafóricos – que utilizam os artigos definidos o, a, os, as. Segundo o autor, o artigo definido confere ao jornal uma temporalidade específica, permitindo vencer o intervalo entre um número e outro do jornal; este tipo de título tem a função de fazer o acontecimento perdurar, conforme os exemplos a seguir:

- “O avanço do crack” (66)
- “A difícil luta de renascer” (67)

A análise em 146 títulos das notícias caracterizadas como matérias/reportagens que continham a palavra crack, revelou que 12% citava também a existência de uma epidemia, ou um aumento do uso e/ou tráfico da droga, embora não haja evidência científica sobre esta questão. Abaixo, exemplos de títulos com forte teor sensacionalista:

- “Crack vira epidemia” (68)
- “Crack, a droga que domina o País” (69)

Esse dado confirma a constatação de Hartman e Golub (7), de que os jornais estadunidenses além de terem abordado a questão sob uma ótica alarmista, desconsideraram pesquisas acadêmicas que comprovam que a epidemia de drogas é cíclica, ou seja, obedece a um padrão específico de surgimento e declínio de popularidade de uma droga em particular.

O uso de metáforas também é um recurso para os dispositivos de enquadramento, bem como a alusão a guerras e conflitos. 33% dos títulos se valeram de expressões bélicas e adjetivadas como alastrar, ameaçar, atacar, avançar, batalha, combate, destruir/destruído, dominar, drama, encrenca, escravizar, explosão, guerra, ofensiva, praga, problema, *ranking*, *round* etc., conforme exemplo a seguir:

- “A incansável caminhada de dor e silêncio das mães” (70);
- “Corações contra o crack” (71);
- “Crack cria geração de órfãos na região” (72);
- “De pedra em pedra, a vida vira fumaça” (73);
- “Futuros destruídos pelo crack” (74);
- “Grande BH ‘fuma’ 120t de crack” (75);
- “No fim da linha, o crack” (76);
- “Os dramas humanos que a rua acolhe” (77);
- “Perigo: o outro lado da rua” (78);
- “Uma pedra devastadora no caminho” (79);

A questão, segundo Carvalho (19), não é se há enquadramento, mas como ele se apresenta. Identificar os enquadramentos nos textos jornalísticos de forma explícita ou implícita, como por meio do uso de determinadas fontes, títulos, metáforas, dentre outros mecanismos, significa não apenas entender uma notícia, mas compreender a sua lógica de construção e perceber os diversos interesses que podem estar por trás dessa narrativa.

5 ESTUDO DE CASO: QUANDO UMA PAUTA DE SAÚDE PÚBLICA VIRA CASO DE POLÍCIA

Este estudo de caso pretende analisar o enquadramento das notícias publicadas nos jornais impressos brasileiros sobre a Ação Integrada Centro Legal, desenvolvida pela Prefeitura de São Paulo, para a qual foram testadas duas categorias: saúde pública e segurança pública. As intervenções da Ação Integrada Centro Legal foram, em sua maioria, marcadas pela desarticulação entre esferas do governo, mas os jornais focaram no embate político, desconsiderando a necessidade de ações conjuntas a fim de solucionar um problema que é de saúde pública e social. Embora o enquadramento saúde tenha aumentado em 2012, ele sempre esteve abaixo do enquadramento segurança, que, em 2012, chegou a mais de 50% das notícias.

5.1 AÇÃO INTEGRADA CENTRO LEGAL

A Ação Integrada Centro Legal, lançada em julho de 2009, é fruto de uma parceria entre a Prefeitura de São Paulo, governo estadual e outros órgãos com o objetivo de restaurar a região socialmente degradada, com ações da Polícia Militar, responsáveis pela abordagem e prisões de pessoas ligadas ao tráfico e apreensões de drogas; e profissionais de saúde e assistência social, responsáveis pela abordagem às pessoas em situação de risco e encaminhamento para tratamento de saúde. O serviço de limpeza urbana também está envolvido no processo de recolhimento de lixo e lavagem das ruas, o que reforça, simbolicamente, o caráter higienista da ação no bairro da Luz (80).

Com a justificativa de combater uma série de problemas crônicos da região e ajudar no tratamento e ressocialização de dependentes de álcool, drogas e pessoas com problemas psíquicos, há relatos de tentativas de intervenção na região central de São Paulo desde a década de 1980, quando a gestão municipal passou a se dedicar à transformação do bairro em uma área cultural com instituições e prédios históricos restaurados. O projeto de revitalização inclui, ainda, a transferência de órgãos públicos para a região e incentivos fiscais a empresas dispostas a investir no

local (81). Desde então, essa tem sido a prioridade de todos os governos: em 2005, o projeto “Nova Luz” desencadeou a interdição de hotéis, desapropriação de grandes áreas e uma série de intervenções repressivas, objetivando ao controle e à expulsão dos grupos populares que circulam na região, que se tornaram obstáculos aos interesses políticos, econômicos e eleitorais da Prefeitura (81).

Segundo Raupp et al. (80), as alegações de preocupação com a saúde ou condições psíquicas dos frequentadores da cracolândia “serviriam apenas como justificativas morais para as ações de ‘limpeza’, dado que nenhuma política específica foi posta em prática visando melhorar suas condições”. Diante da impossibilidade ou incapacidade de deter a expansão do uso de drogas, a alternativa passou a ser o controle sobre seus territórios, o que não soluciona o problema, uma vez que as ações de expulsão das usuárias de drogas da região fazem com que eles se desloquem, criando continuamente novas “cracolândias”. Sob o pretexto de ser uma operação “sem data para acabar”, há registros de ações ao longo de todo este período, até a mais recente, em janeiro de 2012. Notadamente a que mais ganhou visibilidade da mídia.

5.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Uma busca por notícias publicadas em todo o Brasil, desde junho de 2009, sobre a Ação Integrada Centro Legal, recuperou, de forma mais condensada, 74 notícias publicadas em 19 jornais em três períodos: julho de 2009, janeiro e fevereiro de 2010 e janeiro de 2012, conforme Tabela 9, abaixo.

Tabela 9 - Relação de jornais pesquisados

Veículo	Região	2009		2010		2012	
		%	número	%	número	%	número
A Cidade	Sudeste	0,0	0	0,0	0	3,4%	2
A Gazeta	Sudeste	0	0	0	0	1,70%	1
A Tribuna	Sudeste	0,0	0	0,0	0	1,7%	1
A Voz da Cidade	Sudeste	0,0	0	0,0	0	1,7%	1
Brasil Econômico	Sudeste	0,0	0	0,0	0	3,4%	2
Correio do Brasil	Sudeste	0,0	0	0,0	0	13,8%	8
Diário de Cuiabá	Centro-Oeste	0,0	0	0,0	0	1,7%	1
Diário de Franca	Sudeste	0,0	0	10,0%	1	0,0%	0
Estado de São Paulo	Sudeste	67%	4	30,0%	3	17,2%	10
Folha de São Paulo	Sudeste	33%	2	0,0	0	32,8%	19
Gazeta do Povo	Sul	0,0	0	0,0	0	1,7%	1
Jornal da Tarde	Sudeste	0,0	0	20,0%	2	3,4%	2
Jornal de Londrina	Sul	0,0	0	0,0	0	3,4%	2
Jornal do Commercio	Nordeste	0,0	0	10,0%	1	0,0%	0
MogiNews	Sudeste	0,0	0	10,0%	1	0,0%	0
O Diário de Maringá	Sul	0,0	0	0,0	0	3,4%	2
O Globo	Sudeste	0,0	0	20,0%	2	1,7%	1
Todo Dia	Sudeste	0,0	0	0,0	0	3,4%	2
Valor Econômico	Sudeste	0,0	0	0,0	0	5,2%	3
		100%	6	100%	10	100,00%	58

As notícias foram analisadas por meio de um instrumento de registro de dados composto de seis quesitos, desenvolvido especificamente para o presente estudo, com observação de tópicos referentes ao nome do veículo e região brasileira a qual pertence, gênero jornalístico, citação de especialistas e de qual área, enfoque da notícia. Quanto à abrangência dos jornais, quatro, dos 19, são de circulação nacional⁵.

5.3 RESULTADOS

5.3.1 Coberturas jornalísticas

A ação da Prefeitura de São Paulo na cracolândia foi ganhando amplitude na grande mídia com o passar dos anos. Uma busca nas notícias publicadas nos jornais

5 A classificação como veículo nacional e regional é utilizada pela base de monitoramento e se fundamenta nos critérios de circulação do jornal e pela prioridade de pauta para as matérias, se nacional ou regional.

impressos brasileiros, em julho de 2009, resultou em apenas seis textos jornalísticos. Observa-se que não há polêmicas, por parte da mídia, acerca da ação da Prefeitura em nenhuma delas, de acordo com trecho da matéria “80% recusam atendimento na cracolândia”, publicada no jornal Folha de São Paulo, de 24 de julho de 2009, o qual afirmava que “A ação de saúde é acompanhada pela polícia” (82).

Na pesquisa realizada entre os dias 9 de janeiro e 27 de fevereiro de 2010 foram encontrados dez textos jornalísticos sobre a ação da Prefeitura de São Paulo na região central da capital paulista, conhecida como Cracolândia. Dando continuidade à Ação Integrada Centro Legal, a Polícia Militar de São Paulo voltou à região da Luz, no dia 3 de janeiro de 2012. A ação teve repercussão na mídia durante todo o mês de janeiro em 16 jornais.

5.3.2 Gênero jornalístico

Conforme a Figura 5, a seguir, das 74 notícias publicadas nos três períodos, 58, ou seja, 79% foram sob forma de matérias ou reportagens. Esse gênero jornalístico possibilita melhor detalhamento jornalístico, apuração, pesquisa, comparação, interpretação, seleção e redação mais completa. Percebe-se que houve poucos registros de publicação de editoriais, entrevistas e participação da leitora. Artigos e menção ao assunto em colunas jornalísticas foram registrados em 11% e 7% das notícias, respectivamente.

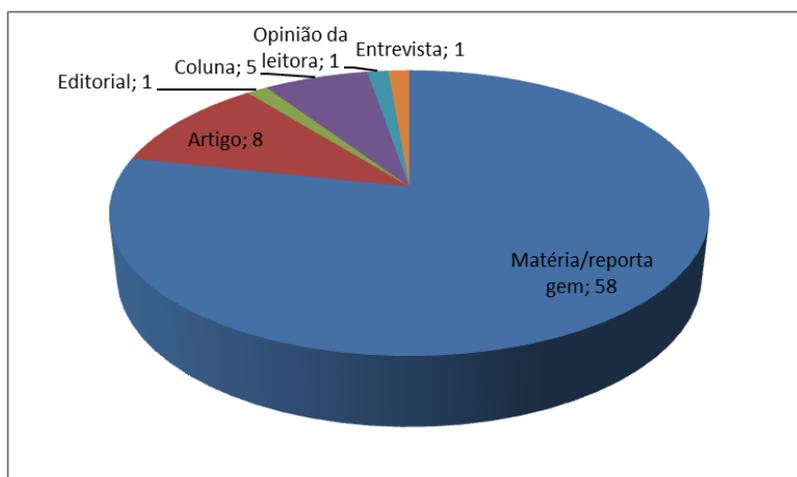


Figura 5 - Gênero jornalístico

5.3.3 Fontes

De acordo com Traquina (63), as fontes garantem credibilidade ao conteúdo publicado, daí a importância do seu uso. Conforme Figura 6, seguinte, a análise do período pesquisado nos mostra que, embora de forma sutil, o uso de fontes foi diminuindo de um ano para outro.

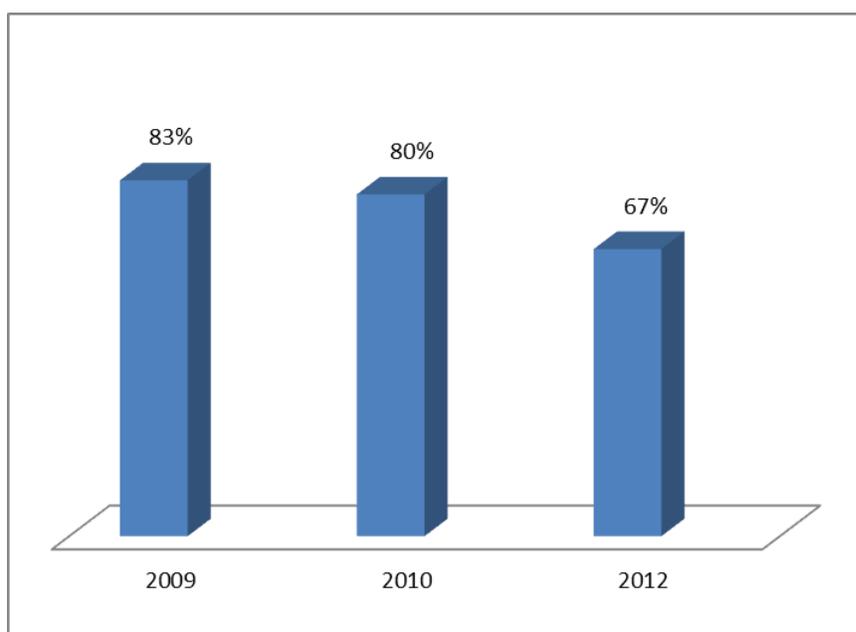


Figura 6 - Uso de fontes

Carvalho (19) classifica como “atores” tanto aquelas fontes citadas, como aquelas ouvidas pela jornalista, ou seja, as personagens; ambas teriam a mesma função no texto e tanto quem é citada como a forma pela qual são representadas fazem parte do enquadramento. A referida autora fala no poder desses atores/atrizes em relação à mídia, de se verem representados pelas jornalistas. Ainda sobre a citação de fontes, a Figura 7, a seguir, mostra a alta proporção da citação de gestoras, autoridades policiais e judiciais em detrimento da profissional de saúde. Estão incluídos na categoria “Outros”: políticos, pré-candidatas à Prefeitura de São Paulo, ex-gestoras etc., o que já é um indicativo de que a pauta eleitoral também estaria em debate.

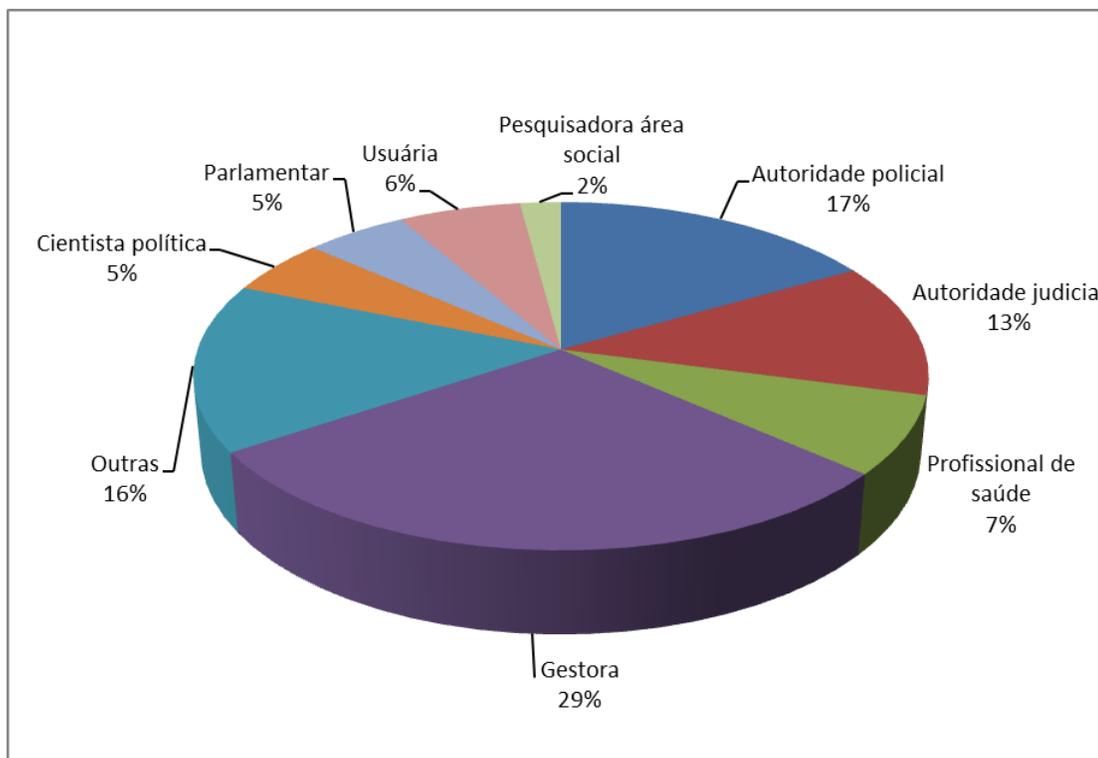


Figura 7 - Fontes por área de conhecimento

A Figura 7 é bem característica da análise de uma ação que envolve repressão policial, com alta prevalência de falas de autoridade policial, autoridade judicial e gestor, chamado a explicar por diversas vezes o motivo da operação marcada pela falta de articulação e violência policial, “Kassab admite falta de integração com Estado em operação policial na Luz”, a qual relata a ocorrência de um bate-boca público entre integrantes das administrações municipal e estadual (83).

Essas fontes institucionais são classificadas por Hall et al. (5) como “definidores primários”, ou seja, são fontes reconhecidas pela sua representatividade e de seu *status* institucional. Esta convenção segue o raciocínio de que a posição de autoridade da fonte confere credibilidade, ou seja, “quanto mais alta é a posição do informador melhor é a fonte de informação” (63).

Enquadramentos

A Figura 8, a seguir, mostra que não há regularidade nos enquadramentos das notícias publicadas em três períodos distintos sobre a Ação Integrada Centro Legal.

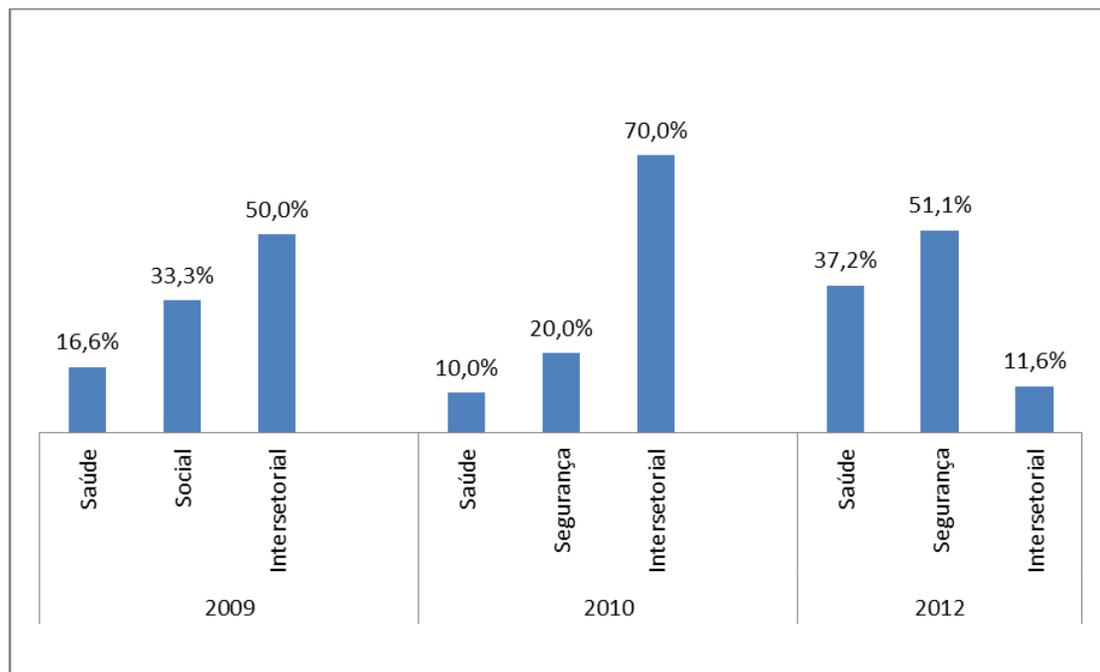


Figura 8 - Enquadramentos por período

Embora o enquadramento saúde tenha aumentado em 2012, em relação aos outros anos, ele sempre esteve abaixo do enquadramento segurança, que, em 2012, chegou a mais de 50% das notícias, enquanto o enquadramento intersetorial – que diz respeito àquelas notícias que englobaram, com grau de importância semelhante, as ações de saúde, segurança, educação, social, dentre outras – apresentou a sua menor proporção. Em 2009, embora as notícias fizessem menção à operação policial, com citação de autoridade policial e números de apreensões, esse não foi o maior destaque das matérias, mas sim o que apelava para a saúde e degradação social das usuárias, conforme matéria publicada no jornal Folha de São Paulo “80% recusam atendimento na crackolândia”:

Cerca de 80% dos moradores de rua – a maioria consumidores de crack – abordados por agentes de saúde nos dois primeiros dias da ação na crackolândia recusaram atendimento. Boa parte dos que passam o dia nessa região do centro de São Paulo nem sequer responde às perguntas das equipes (82).

A informação de que 80% das usuárias recusaram atendimento durante a operação na cracolândia em 2009 é um forte indício de que a estratégia adotada pela Prefeitura de São Paulo não seria acertada, mas, mesmo assim, nos anos seguintes, as ações também foram iniciadas com força policial.

5.4 DISCUSSÃO

5.4.1 Ações desarticuladas

As intervenções da Ação Integrada Centro Legal foram, na maioria das vezes, marcadas pela desarticulação entre esferas do governo e entre áreas da mesma gestão, mas, ao que parece, interessou aos jornais muito mais o embate político envolvido do que a própria necessidade de ações conjuntas a fim de solucionar um problema que é de saúde pública e social.

As notícias não aprofundaram uma questão, nem outra. Como se a afirmação da polícia de que não houve encaminhamento para tratamento de saúde mental, apenas o recolhimento de 10 toneladas de lixo, apreensão de drogas e prisões de traficantes, publicada na matéria intitulada “Polícia mantém as blitzes na cracolândia” (84), publicada no jornal *Todo Dia*, do dia 7 de janeiro, não causasse qualquer estranheza.

A matéria “‘Noias’ chegam à base e agentes de saúde fogem”, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, de 26 de fevereiro de 2010, também narra a desarticulação da ação com relatos de agentes de saúde que ao perceberem a chegada de cerca de 300 dependentes trazidos pela polícia saem do posto de atendimento, uma vez que não haviam sido avisados da operação (85). “Houve descoordenação entre a polícia e a prefeitura no que se refere aos usuários, não aos traficantes que foram presos” (86).

Corroborando com a afirmativa de Raupp et al. (80) sobre o deslocamento das usuárias para outras regiões, ou seja, exportação, e não enfrentamento da questão e a exacerbação dos estigmas associados às usuárias, o *Jornal do Comercio*, de 14 de fevereiro de 2010 (87), ilustra também o pensamento de

Medeiros (25) de que a mídia apresenta as cracolândias como espaços típicos de violência e delinquência, ignorando a organicidade existente ali com características, como acolhimento, visibilidade, interação social e proteção, e isso também pôde ser observado nesta pesquisa:

Chamados de noias, os usuários de crack migram de esquina para esquina, desde a região da Luz, ponto original da cracolândia, para lugares como Higienópolis, Santa Cecília, Consolação, Avenida Paulista, Liberdade e Glicério. Muitos andam descalços, com as roupas sujas, arrastando cobertores ou com o cachimbo na mão (87).

O ano de eleições municipais fez com que o debate que deveria ser sobre políticas públicas eficazes fosse direcionado aos embates e às acusações políticas, como mostra, por exemplo, a matéria “Ação na cracolândia já pauta debate eleitoral em São Paulo”, publicada pelo jornal O Estado de São Paulo (88). O texto traz as falas de diversos possíveis pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo.

É neste contexto que surge, também, a atuação do Ministério da Saúde. Mesmo com a comprovação, por parte da mídia, de que os gestores municipal e estadual pretendiam se antecipar a uma ação do governo federal, conforme trecho abaixo, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, foi à capital paulista, visitou espaços públicos e anunciou diversos investimentos (89), numa clara demonstração de eficiência política.

Com efeito, segundo declarou à Folha, em caráter reservado, um integrante da cúpula da segurança pública do Estado, as ações teriam começado de maneira precipitada. Conforme essa versão, o prefeito Gilberto Kassab (PSD) e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) se uniram por temer que o ministro da Saúde, Alexandre Padilha (PT), anunciasse medidas para enfrentar o problema, deixando-os em desvantagem política (90).

De acordo com Vreese (20), a cobertura estadunidense, ao tratar de questões sociais, como a pobreza, crime e desemprego, é inclinada para uma interpretação episódica, retratando essas questões de forma limitada a eventos. Isso significa dizer que há pouco aprofundamento no debate. Corrobora com isso a observação de que de 68 notícias publicadas, em 2010 e 2012, apenas sete mencionaram a operação já desenvolvida em 2009 e que a Ação Integrada Centro Legal não é uma iniciativa isolada e sim uma tentativa do governo que se arrasta há anos de desocupação da região central com outros fins que não estão relacionados à solução de um problema de saúde pública.

Este estudo mostrou que, embora a temática não seja ignorada pela mídia, ela ainda é tratada com o uso prevalente de fontes oficiais e, conseqüentemente, as notícias são construídas apenas a partir de versões oficiais. Embora o

enquadramento saúde tenha aumentado em 2012, ele sempre esteve abaixo do enquadramento segurança, que, em 2012, chegou a mais de 50% das notícias. Além disso, mesmo em textos jornalísticos com claro teor sanitário, a autoridade policial é usada como fonte. Diante de um maior número de notícias em 2012, em relação aos outros anos, uma das hipóteses é de que o assunto tenha ganhado tal dimensão por se tratar de um ano de eleições municipais.

CONCLUSÃO

As notícias envolvendo o uso de drogas, mais especificamente o crack, possuem importância do ponto de vista social, da saúde, da segurança e, antes de tudo, de direitos humanos. Segundo Regina Medeiros (25), a mídia desempenha um papel protagonista de estabelecer e legitimar uma relação direta com a demonização do crack, localizando e culpabilizando o indivíduo, de forma a desviar o debate sobre a dimensão estrutural socioeconômica, política, jurídica, clínica e cultural.

O estudo de Donna M. Hartman e Andrew Golub (7), com análise de 10 anos da cobertura da mídia estadunidense sobre as matérias de crack, é fundamental para o entendimento do funcionamento da mídia em relação às matérias sobre drogas, mais especificamente o crack. Os autores sugerem que as matérias sobre crack foram construídas pela mídia, de forma deliberada, não como um problema de segurança pública, nem como uma questão de saúde pública, mas como parte de uma guerra de classes contínua. Ao analisar as notícias nos jornais impressos brasileiros, percebe-se que no Brasil a questão do crack também é um problema social, conforme ilustrou o estudo de caso sobre a Ação Integrada Centro Legal.

Este estudo buscou verificar como o agendamento, e seu conceito-chave de enquadramento, foram aplicados nas notícias publicadas sobre o crack no Brasil, considerando as categorias saúde pública e segurança pública. Tão importante quanto a descoberta de que dos 1.074 textos jornalísticos publicados em 80 jornais, entre os dias 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, 40% são sobre saúde pública e 34% sobre segurança, ou seja, uma diferença relativamente pequena nos enquadramentos está o resultado de 26% da categoria *Outros*, onde estão incluídas as abordagens intersetoriais. O que corrobora com o estudo de Hartman e Golub (7) que defendem que um estudo mais cuidadoso da epidemia de crack indica que o abuso de drogas está intimamente ligado a outros problemas sociais e que não há uma solução simples e rápida a fim de evitar que a epidemia se desenvolva. Este não é um trabalho que se encerra em si mesmo, as próprias fissuras de enquadramento nos mostram a necessidade e importância de aprofundamento de estudos e debates acerca do tema proposto, sendo um campo aberto para novas perspectivas e caminhos.

O presente estudo mostrou, também, que a temática ainda é tratada com o uso prevalente de fontes oficiais e, conseqüentemente, as notícias são construídas apenas a partir de versões oficiais, o que, na opinião de Nascimento (91), gera uma dependência da repórter em relação à fonte; para esse autor, ao ter acesso apenas à versão de fontes oficiais, a jornalista “não têm controle sobre o processo, o que aumenta a possibilidade de *ser usada* pelas fontes” (91).

Esta dissertação revelou, ainda, grande concentração de jornais e notícias na região Sudeste, embora uma quantidade expressiva circule em todo o Brasil. Das 1.074 notícias publicadas, a maioria (53%) teve o crack tratado como pauta principal em matérias/reportagens (50%); o uso de textos de agências de notícias também foi percebido.

O capítulo com o *Estudo de Caso: Quando uma pauta de saúde pública vira caso de polícia*, também procurou fazer uma análise de enquadramento – se sobre saúde ou segurança públicas –, mas no que se referiu às notícias sobre a Ação Integrada Centro Legal, desenvolvida pela Prefeitura de São Paulo. As intervenções da Ação foram, em sua maioria, marcadas pela desarticulação entre esferas do governo, mas os jornais focaram no embate político, desconsiderando a necessidade de ações conjuntas a fim de solucionar um problema que é de saúde pública e social. Embora o enquadramento saúde tenha aumentado em 2012, ele sempre esteve abaixo do enquadramento segurança, que, em 2012, chegou a mais de 50% das notícias.

Sobre a Ação Integrada Centro Legal, cabe menção à recente decisão do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-SP), do dia 23 de abril de 2012, que concedeu *habeas corpus* preventivo de forma a garantir o direito de locomoção, ou seja, de ir e vir, na região da Cracolândia. O processo foi ajuizado pela Defensoria Pública de São Paulo, que foi provocada por Carlos Eduardo Maranhão, 40 anos, que vivia nas ruas da região e se queixou das recorrentes abordagens policiais a que era submetido, inclusive com humilhações e ameaças de policiais, sem qualquer justificativa, já que Maranhão sequer possuía antecedentes policiais ou mandados de prisão.

A ação buscou garantir a liberdade de “circular e permanecer em locais públicos de uso comum do povo a qualquer hora do dia, não podendo ser removido contra sua vontade, salvo se em flagrante delito ou por ordem judicial” (*habeas corpus* TJ-SP nº 0039710-13.2012.8.26.0000) e foi extensiva às demais pessoas em

situação semelhante. O caso é paradigmático no sentido de desconstruir o estereótipo já criado da usuária incapaz e entregue às drogas, desprovida de noções de direito ou quaisquer outras. A decisão é focada na usuária cidadã e possuidora de direitos, e não propriedade do Estado.

A presente pesquisa apontou, também, poucos textos sobre políticas de redução de danos; frequentemente tais textos surgem com manchetes sensacionalistas, como se o Estado estivesse “facilitando” a vida das usuárias. Segundo Juliana Chaibub (92), a adoção da estratégia de redução de danos ao uso de drogas não significa negligenciar as ações de tratamento ou da redução de demandas com intervenções preventivas, mas uma ação com caráter tolerante e respeitoso para com as usuárias, que por diversas razões, não interrompem o uso de drogas, mas devem ser consideradas como sujeitos fundamentais no processo de tratamento. Para Chaibub (92), a estratégia ainda esbarra em discursos e práticas sociais, desconsiderando o amparo científico e técnico da iniciativa e se pautando pelo discurso moral de marginalização da usuária.

Sobre a possível epidemia do crack, Hartman e Golub (7) argumentam que as notícias eram feitas a partir de relatórios sobre a parte inicial da epidemia, num momento de pânico e com pouco conhecimento científico. Para os autores, embora a epidemia do crack, assim como acontece com as outras drogas, seja cíclica, os jornais não divulgam essa informação. No Brasil, embora algumas especialistas, gestoras e a mídia falem numa provável epidemia do crack, já há trabalhos que sugerem a existência de um padrão de consumo controlado, com o uso racional e descontínuo de crack e, conseqüentemente, com conseqüências menos graves. A primeira pergunta ao se pensar numa epidemia do crack seria em relação à demografia do problema; não há números, ainda, que possam explicar se há epidemia e em qual nível.

O enquadramento das notícias envolve exatamente essa opção ao se tratar do tema. Para Entman (14), mesmo que a jornalista persiga a objetividade e imparcialidade, seu texto sempre terá um enquadramento dominante, devido às escolhas que faz ao produzir a notícia, o que impede que o público faça uma avaliação equilibrada de uma determinada situação. A questão, segundo Carvalho (19), não é se há enquadramento, mas como ele se apresenta. Cabe à jornalista definir os graus de importância de cada informação na notícia e ter a consciência de que é essa sua visão que será transmitida e poderá ser incorporada pelo público.

Conforme Nascimento (91), mesmo considerando os diversos fatores que impedem uma apuração de maior qualidade, a maioria das reportagens pode ter o foco definido pela repórter, o que sugere que a responsabilidade individual da jornalista seja bem maior do que parece.

É fundamental que a profissional de comunicação reconheça os enquadramentos envolvidos na sua produção diária; a busca por fontes diversas e um novo olhar sobre velhos temas de forma a fugir do “lugar comum” ou da zona de conforto é que garantirão a credibilidade, objetividade e imparcialidade necessárias ao texto jornalístico, com especial atenção aos temas delicados mais passíveis de serem usados nos jogos políticos e eleitorais. Torna-se necessário o resgate do conceito de “Jornalismo Público”, proposto por Neveu (21), como aquele que se preocupa em identificar temas de interesse do público e elaborar notícias capazes de esclarecê-los, propor soluções, por meio de fontes variadas, e garantir o debate pleno.

REFERÊNCIAS

1. Menegon VSM. Crise dos serviços de saúde no cotidiano da mídia impressa. *Psicol soc.* 2008; (20): 32-40.
2. Rothberg D et al. Enquadramentos de transgênicos nos jornais paulistas: informação como potencial subsídio à participação política. *Hist ciênc saúde-Manguinhos* 2010; 17(2): 455-470.
3. Creswell JW. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2010.
4. Azeredo JC. Gramática Houaiss. Folha de São Paulo. 2011; p. 158.
5. Hall S et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: Bacelar A., editor. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2a ed. Lisboa: Veja; 1999. p. 224-248. (Comunicação & Linguagens).
6. Wolf M. Teorias da Comunicação. 2ª ed. Lisboa: Presença; 1992.
7. Hartman DM, Golub, A. The social construction of the crack epidemic in the print media. *J psychoactive drugs.* 1999 Oct.-Dec; 31 (4): 423-433.
8. Peter M. Explaining perceived media influence in politics. *Publizistik.* 2011; 56 (1).
9. Motta LG. Ideologia e processo de seleção de notícias. In: Motta LG, organizadores. *Imprensa e poder.* Brasília: Universidade de Brasília; 2002. p.125-148. (Coleção Comunicação).
10. Galtung J., Holmboe M. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: Bacelar A., editor. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2a ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 61-73. (Comunicação & Linguagens).
11. Rabaça CA, Barbosa GG. *Dicionário de Comunicação.* 2a ed. Rio de Janeiro, Elsevier; 2001.

12. McCombs M. A. Teoria da agenda: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes; 2009.
13. Porto MSG. Mídia, segurança pública e representações sociais. Tempo Social. 2009; (21): 211-233.
14. Entman RM. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. J commun. 1993; 43 (4): 51-58.
15. Fontes MLA. O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate. Ciênc saúde coletiva. 2012.
16. Mouillaud MA. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: Mouillaud MA, Porto SD, organizadores. O Jornal: da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília; 2002. p.49-83. (Coleção Comunicação).
17. Gadret DL. Os enquadramentos sobre Dilma Rouseff nas notícias do Jornal Nacional. Libero. 2010; 2 (2).
18. Antunes E. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. Galáxia. 2009 dez.; (18): 85-99.
19. Carvalho A. Discourse analysis and media texts: a critical reading of analytical tools. In: International Conference On Logic And Methodology 33: Proceeding of the 33rd International Conference On Logic And Methodology; 2000; Köln: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2000.
20. Vreese CHD. News framing: theory and typology. Information Design Journal + Document Design. 2005; 13 (1): p. 51-62.
21. Neveu É. Sociologia do jornalismo. São Paulo: Loyola; 2006.
22. Hackett RA. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos *media* noticiosos. In: Bacelar A, editor. Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias". 2ª ed. Lisboa: Vega; 1999. p. 101-30.
23. Craig R, Levine HG, editors. Crack in America: demon drugs and social justice. Califórnia: University of California Press; 1997.

24. Albuquerque BS. "Idade doida da pedra": configurações históricas e antropológicas do crack na contemporaneidade. In: Saporì LF, Medeiros R, organizadores. Crack: um desafio social. Belo Horizonte: PUC Minas; 2010. p.13-37.
25. Medeiros R. Clínica e croni(cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania. In: Saporì L. F.; Medeiros R, organizador. Crack: um desafio social. Belo Horizonte: PUC Minas; 2010. p.165-220.
26. Laranjeira R, Jungerman F, Dunn J. Drogas. São Paulo: Brasil: Contexto; 1998.
27. Portal Brasil. Crack: é possível vencer 2011-2014. [internet] [acesso em 01 fev. 2012]. Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/publicacoes/artigos/crack-e-possivel-vencer-1/view>
28. Bizzotto AG. A luta do crackeiro embaraçado entre a fissura e a intoxicação. In: Saporì LF., Medeiros R., organizadores. Crack: um desafio social. Belo Horizonte: PUC Minas; 2010. p.125-44.
29. Portal Brasil. Crack: é possível vencer: perguntas frequentes. [internet]. Brasília: Governo Federal; c2012. [acesso em 01 fev. 2012]. Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/perguntas-frequentes>.
30. Confederação Nacional de Municípios. Observatório do crack: a visão dos municípios brasileiros sobre a questão do crack. Porto Alegre: CNM; 2010.
31. Confederação Nacional de Municípios. Observatório do crack: a visão dos municípios brasileiros sobre a questão do crack. Porto Alegre: CNM; 2010.
32. Oliveira LG, Nappo SA. Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado. Rev saúde pública. 2008; 42: 664-71.
33. Benedikt F. Crack across Canada: comparing crack users and crack non-users in a Canadian multi-city cohort of illicit opioid users. Addiction. 2006;101(12):1760-70.

34. Gossop M, Manning V, Ridge G. Concurrent use of alcohol and cocaine: differences in patterns of use and problems among users of crack cocaine and cocaine powder. *Alcohol alcohol*. 2006 Feb;121-5.
35. Butler J. Violencia, luto y política. *Iconos, Revista de Ciencias Sociales*. 2003 Sep.; (17):82-97.
36. Vieira RA. As injunções da pedra. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte, Brasil: PUC Minas; 2010.
37. Cetlin GS. O tratamento ao usuário compulsivo de crack: fissuras no cotidiano profissional. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte, Brasil: PUC Minas; 2010. p. 145-64.
38. Saporì LF, Sena LL, Silva BFA. A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na região metropolitana de Belo Horizonte In: Saporì LF, Medeiros R, organizadores. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: PUC Minas; 2010. p. 38-80.
39. Saporì LF, Medeiros R., organizadores. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: PUC Minas; 2010. Resenha de: Lopes EP. *Cad. Saúde Pública*. 2012 fev.: 28(2):405-406.
40. Chris A. The links between heroin, crack cocaine and crime: where does street crime fit in? *Br J Criminol*. 2005; (45):355-72.
41. Fantauzzi GS, Aarão BFC. O advento do crack no contexto político brasileiro. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte, Brasil: PUC Minas; 2010. p. 81-101.
42. Brasil. Decreto 7.637, de 8 de dezembro de 2011. Altera o Decreto no 7.179, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 09 dez. 2011*. p. 29.
43. Brasil. Decreto n. 7.179, de 20 de maio de 2010. Institui o Plano Integrado de enfrentamento ao crack e outras drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 21 maio 2010*. p. 43.

44. Brasil. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Eletrônico, Poder Legislativo, Brasília, 09 abr. 2001. p. 2.
45. Jacobs BA. Crack to heroin? Drug markets and transition. Br J Criminol. 1999;39(4): 555-74.
46. Herscovitz HG Análise de conteúdo em jornalismo. In: Lago C., Benetti M, coordenadores. Metodologia de pesquisa em jornalismo. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; 2008. cap. 2, p.123-142. (Coleção Fazer Jornalismo).
47. Rogers W, Ballantyne A. Populações especiais: vulnerabilidade e proteção. RECIIS, R Eletr Com Inf Inov. Saúde. [periódico na Internet]. 2008 [acesso em 2011 nov 01]; 2(Sup 1):31-41. Disponível em: <http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/207/181>
48. Nuremberg Military Tribunals. The Nuremberg Code. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1947. [internet]. [acesso em 2011 out 20]. Disponível em: <http://ohsr.od.nih.gov/guidelines/nuremberg.html>
49. World Medical Association. Declaration of Helsinki. 59th WMA General Assembly, Seoul, October 2008. [internet]. [acesso em 2011 out 20] Disponível em <http://www.wma.net>
50. United States of America, Department of Health, Education, and Welfare; The National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research. The Belmont report: ethical principles and guidelines for the protection of human subjects of research. Washington, D.C.: US Government Printing Office; 1979.
51. Ministério da Saúde (Brasil), Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196, de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. [internet]. [acesso em 2011 out 20]. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm
52. Greco D, Guilem DA. Resolução CNS 196/1996 e o Sistema CEP/Conep. In: Diniz D, Sugai A, Guilhem D, Squinca F. Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: LetrasLivres, Editora UnB; 2008. [acesso em 2001 jun. 20]. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/etica_pesquisa_temas_globais_p1.pdf

53. Diniz D. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. Ciênc saúde coletiva. 2008;13(2):417-426.
54. Diniz D, Guerriero I. Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico. In: Diniz D, Sugai A, Guilhem D, Squinca F. Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: Editora UnB; 2008. [internet]. [acesso em 2011 nov 01] Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/etica_pesquisa_temas_globais_p1.pdf
55. Ministério da Saúde (Brasil), Conselho Nacional de Saúde. Resolução 287, de 8 de outubro de 1998. [internet]. [acesso em 2011 out 20]. Disponível em: http://www.crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cns_287_1998.pdf
56. A droga assassina. Jornal do Brasil. 2010 27 ago.
57. Esperidião MCS. Gigantes do telejornalismo mundial: mutações editoriais e tecnológicas das agências internacionais de notícias. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; 2011.
58. Tétu J-F. Le Monde e libération em perspectiva: referências e significação: Le Monde: o jornal: da forma ao sentido. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília; 2002. p. 191-201.
59. Reação imediata. A Gazeta. 2010 jan. 22. Editorial.
60. Dependentes desamparados. Correio Braziliense. 2010 jan. 11.
61. Esfaqueou a mãe porque não conseguiu dinheiro para o crack. Folha de Pernambuco. 2010. jun. 08.
62. Katz E. Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: Bacelar A, editor. Jornalismo: questões, teorias e "estórias". 2ª ed. Lisboa: Vega; 1999. p. 52-60.
63. Traquina N. As notícias. In: Bacelar A, editor. Jornalismo: questões, teorias e "estórias". 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999. p.167-176. (Comunicação & Linguagens).
64. Ampliar o ataque, reduzir danos. Correio Braziliense. 2010 maio 21.

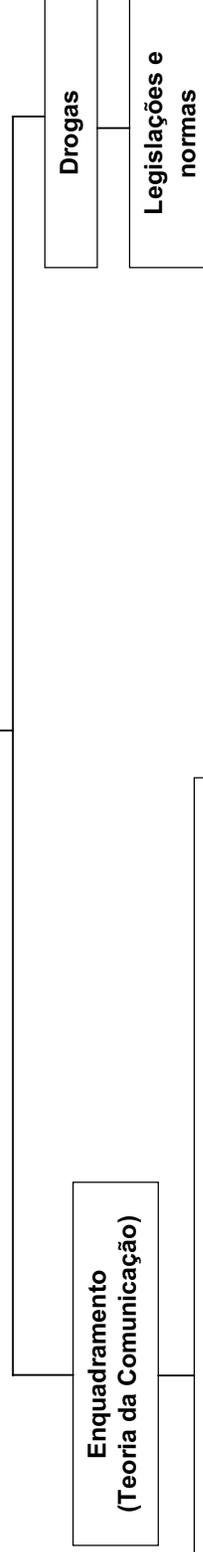
65. Dinheiro para reduzir danos. *Jornal do Comercio*. 2010 maio 20.
66. O avanço do crack. *Estado de São Paulo*. 2010 dez. 15.
67. A difícil luta de renascer. *Jornal do Brasil* 2010 abr. 4.
68. Crack vira epidemia. *A Tarde*. 2010 jan. 31.
69. Crack, a droga que domina o País. *Jornal do Comércio*. 2010 fev. 14.
70. A incansável caminhada de dor e silêncio das mães. *Zero Hora*. 2010 mar. 23.
71. Corações contra o crack. *Diário de Pernambuco*. 2010 jun. 18. 2010.
72. Crack cria geração de órfãos na região. *Folha de São Paulo*. 2010 maio 23.
73. De pedra em pedra, a vida vira fumaça. *Estado de São Paulo*. 2010 dez. 19.
74. Futuros destruídos pelo crack. *Correio Braziliense*. 2010 mar. 22.
75. Grande BH "fuma" 120t de crack". *O Tempo*. 2010 jan. 06.
76. No fim da linha, o crack. *Gazeta do Povo*. 2010 jul. 21
77. Os dramas humanos que a rua acolhe. *O Povo*. 2010 out. 9.
78. Perigo: o outro lado da rua". *Gazeta de Alagoas*. 2010 nov. 07.
79. Uma pedra devastadora no caminho. *O Norte*. 2010 set. 19.
80. Raupp, L et al. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). *Ciênc. saúde coletiva*. 2011 maio;16(5): p. 2613-622.

81. Prefeitura de São Paulo. Novaluz: O Projeto: apresentação. [internet] [acesso em 15 jun. 2011]. Disponível em:
<http://www.novaluzsp.com.br/projeto.asp?item=projeto>.
82. Corsalette C. 80 % dos moradores de rua recusam atendimento na cracolândia, em SP. Folha de São Paulo. 2009 jul. 24.
83. Burgarelli R, Tavares B. Kassab admite falta de integração com Estado em operação policial na Luz. O Estado de São Paulo. 2010 mar. 01.
84. Polícia mantém as blitzes na cracolândia. Todo Dia. 2012 jan. 7.
85. 'Noias' chegam à base e agentes de saúde fogem: funcionários da Prefeitura vão para abrigo de ponto de ônibus; secretário da Saúde critica 'pirotecnica' policial. O Estado de São Paulo. 2010 fev. 26.
86. Serra e Kassab admitem falhas em ação conjunta. O Globo. 2010 fev. 27.
87. Cracolândia ganha espaço em São Paulo. Jornal do Comércio. 2010 fev. 14.
88. Maia LA, Boghossian B. Ação na Cracolândia já pauta debate eleitoral em São Paulo. O Estado de São Paulo. 2012 jan. 14.
89. Dilma libera R\$ 6,4 milhões contra o crack. Jornal do Comércio. 2012 fev. 19.
90. Começou mal. Folha de São Paulo. 2012 jan. 11. Opinião.
91. Nascimento S. Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigação no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago; 2010.
92. Chaibub JRW. Entre o mel e o fel: drogas, modernidade e redução de danos. Análise do processo de regulamentação federal das ações de redução de danos ao uso de drogas. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE REGISTRO DE DADOS

Número	<input type="text"/>	Outro Motivo (campo aberto)	<input type="text"/>
Deve ser incluído (sim/não)	<input type="checkbox"/>	Enfoque (abre opção)	<input type="text"/>
Data de Publicação (abre calendário)	<input type="text"/>	Outros enfoques (campo aberto)	<input type="text"/>
Região (abre opção)	<input type="text"/>	Cita outras drogas (sim/não)	<input type="checkbox"/>
Nome do jornal (campo aberto)	<input type="text"/>	Quais Outras Drogas (campo aberto)	<input type="text"/>
Natureza (abre opção)	<input type="text"/>	Vale Estudo de Caso (sim/não)	<input type="checkbox"/>
Outra Natureza (campo aberto)	<input type="text"/>		
Citação de Fonte (sim/não)	<input type="checkbox"/>		
Área da Fonte (abre opção)	<input type="text"/>		
Outra fonte (campo aberto)	<input type="text"/>		
Se Primária/Secundária (abre opção)	<input type="text"/>		
Motivo da Pauta (abre opção)	<input type="text"/>		

O ENQUADRAMENTO DO CRACK NA MÍDIA IMPRESSA NACIONAL: UM ESTUDO SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE PÚBLICA



Antunes E. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. *Galáxia*. 2009 dez.; (18): 85-99.

Carvalho A. Discourse analysis and media texts: a critical reading of analytical tools. In: International Conference On Logic And Methodology 33: Proceeding of the 33rd International Conference On Logic And Methodology; 2000; Köln: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2000.

Craig R, Levine HG, editors. *Crack in America: demon drugs and social justice*. Califórnia: University of California Press; 1997.

Entman RM. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *J commun*. 1993; 43 (4): 51-58.

Esperidião MCS. Gigantes do telejornalismo mundial: mutações editoriais e tecnológicas das agências internacionais de notícias. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; 2011.

Fontes MLA. O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate. *Ciência saúde coletiva*. 2012.

Gadret DL. Os enquadramentos sobre Dilma Roussef nas notícias do *Jornal Nacional*. *Libero*. 2010; 2 (2).

Galtung J., Holmboe M. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: Baccelar A., editor. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 61-73. (Comunicação & Linguagens).

Hackett RA. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos *mídia* noticiosos. In: Baccelar A, editor. *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. 2ª ed. Lisboa: Vega; 1999. p. 101-30.

Brasil. Decreto 7.637, de 8 de dezembro de 2011. Altera o Decreto no 7.179, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. *Diário Oficial da União, Poder Executivo*, Brasília, 09 dez. 2011. p. 29.

Brasil. Decreto n. 7.179, de 20 de maio de 2010. Institui o Plano Integrado de enfrentamento ao crack e outras drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Poder Executivo*, Brasília, 21 maio 2010. p. 43.

Brasil. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Eletrônico, Poder Legislativo*, Brasília, 09 abr. 2001. p. 2.

Ministério da Saúde (Brasil). Conselho Nacional de Saúde. Resolução 287, de 8 de outubro de 1998. [internet]. [acesso em 2011 out 20]. Disponível em: http://www.crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cns_287_1998.pdf

Ministério da Saúde (Brasil), Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196, de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. [internet]. [acesso em 2011 out 20]. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm

Nuremberg Military Tribunals. *The Nuremberg Code*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1947. [internet]. [acesso em 2011 out 20]. Disponível em: <http://ohsr.od.nih.gov/guidelines/nuremberg.html>

United States of America, Department of Health, Education, and Welfare; The National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research. *The Belmont report: ethical principles and guidelines for the protection of human subjects of research*. Washington, D.C.: US Government Printing Office; 1979.

World Medical Association. *Declaration of Helsinki*. 59th WMA General Assembly, Seoul, October 2008. [internet]. [acesso em 2011 out 20] Disponível em <http://www.wrna.net>

O ENQUADRAMENTO DO CRACK NA MÍDIA IMPRESSA NACIONAL: UM ESTUDO SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE PÚBLICA

Enquadramento (Teoria da Comunicação)

Hall S et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: Bacelar A., editor. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2a ed. Lisboa: Veja; 1999. p. 224-248. (Comunicação & Linguagens).

Hartman DM, Golub, A. The social construction of the crack epidemic in the print media. *J psychoactive drugs*. 1999 Oct.-Dec; 31 (4): 423-433.

Katz E. Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: Bacelar A, editor. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2ª ed. Lisboa: Vega; 1999. p. 52-60.

Mccombs M. A. Teoria da agenda: a mídia e a opinião pública. *Petrópolis: Vozes*; 2009.

Menegon VSM. Crise dos serviços de saúde no cotidiano da mídia impressa. *Psicol soc*. 2008; (20): 32-40.

Motta LG. Ideologia e processo de seleção de notícias. In: Motta LG, organizadores. *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília; 2002. p.125-148. (Coleção Comunicação).

Mouillaud MA. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: Mouillaud MA, Porto SD, organizadores. *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília; 2002. p.49-83. (Coleção Comunicação).

Nascimento S. Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigação no Brasil. *Porto Alegre: Arquipélago*; 2010.

Neveu É. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola; 2006.

Peter M. Explaining perceived media influence in politics. *Publizistik*. 2011; 56 (1).

Porto MSG. *Mídia, segurança pública e representações sociais*. *Tempo Social*. 2009; (21): 211-233.

Rabaça CA, Barbosa GG. *Dicionário de Comunicação*. 2a ed. Rio de Janeiro, Elsevier; 2001.

Rothberg D et al. Enquadramentos de transgênicos nos jornais paulistas: informação como potencial subsídio à participação política. *Hist ciênc saúde-Manguinhos* 2010; 17(2): 455-470.

Segurança pública

Chris A. The links between heroin, crack cocaine and crime: where does street crime fit in? *Br J Criminol*. 2005; (45):355-72.

Fantauzzi GS, Aarão BFC. O advento do crack no contexto político brasileiro. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte, Brasil: PUC Minas; 2010. p. 81-101.

Jacobs BA. Crack to heroin? Drug markets and transition. *Br J Criminol*. 1999;39(4): 555-74

Sapori LF, Sena LL, Silva BFA. A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na região metropolitana de Belo Horizonte
In: Sapori LF, Medeiros R, organizadores. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: PUC Minas; 2010. p. 38-80.

Vieira RA. As injunções da pedra. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte, Brasil: PUC Minas; 2010.

Drogas

Saúde Pública

Benedikt F. Crack across Canada: comparing crack users and crack non-users in a Canadian multi-city cohort of illicit opioid users. *Addiction*. 2006;101(12):1760-70.

Bizzotto AG. A luta do crackeiro embaraçado entre a fissura e a intoxicação. In: Sapori LF, Medeiros R., organizadores. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: PUC Minas; 2010. p.125-44.

Butler J. Violencia, luto y política. *Iconos, Revista de Ciencias Sociales*. 2003 Sep.; (17):82-97.

Cetlin GS. O tratamento ao usuário compulsivo de crack: fissuras no cotidiano profissional. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte, Brasil: PUC Minas; 2010. p. 145-64.

Chaibub JRW. Entre o mel e o fel: drogas, modernidade e redução de danos. *Análise do processo de regulamentação federal das ações de redução de danos ao uso de drogas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

Diniz D, Guerriero I. Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico. In: Diniz D, Sugai A, Guilhem D, Squinca F. *Ética em pesquisa: temas globais*. Brasília: Editora UnB; 2008. [internet]. [acesso em 2011 nov 01] Disponível em: http://bvvsms.saude.gov.br/bvvs/publicacoes/etica_pesquisa_temas_globais_p1.pdf

Diniz D. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. *Ciênc saúde coletiva*. 2008;13(2):417-426.

O ENQUADRAMENTO DO CRACK NA MÍDIA IMPRESSA NACIONAL: UM ESTUDO SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE PÚBLICA

Enquadramento (Teoria da Comunicação)

Tétu J-F. Le Monde e libération em perspectiva: referências e significação: Le Monde: o jornal: da forma ao sentido. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília; 2002. p. 191-201.

Traquina N. As notícias. In: Bacelar A, editor. Jornalismo: questões, teorias e "estórias". 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999. p.167-176. (Comunicação & Linguagens).

Vreese CHD. News framing: theory and typology. Information Design Journal + Document Design. 2005; 13 (1): p. 51-62.

Wolf M. Teorias da Comunicação. 2ª ed. Lisboa: Presença; 1992.

Drogas

Saúde Pública

Gossop M, Manning V, Ridge G. Concurrent use of alcohol and cocaine: differences in patterns of use and problems among users of crack cocaine and cocaine powder. Alcohol alcohol. 2006 Feb;121-5.

Greco D, Guilem DA. Resolução CNS 196/1996 e o Sistema CEP/Conep. In: Diniz D, Sugai A, Guilhem D, Squinca F. Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: LetrasLivres, Editora UnB; 2008. [acesso em 2001 jun. 20]. Disponível em:

http://bvsvms.saude.gov.br/bvsv/publicacoes/etica_pesquisa_temas_globais_p1.pdf

Laranjeira R, Jungerman F, Dunn J. Drogas. São Paulo: Brasil: Contexto; 1998.

Medeiros R. Clínica e croni(cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania. In: Saporì L. F.; Medeiros R, organizador. Crack: um desafio social. Belo Horizonte: PUC Minas; 2010. p.165-220.

Oliveira LG, Nappo SA. Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado. Rev saúde pública. 2008; 42: 664-71.

Portal Brasil. Crack: é possível vencer 2011-2014. [internet] [acesso em 01 fev. 2012]. Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/publicacoes/artigos/crack-e-possivel-vencer-1/view>

Portal Brasil. Crack: é possível vencer: perguntas frequentes. [internet].

Brasília: Governo Federal; c2012. [acesso em 01 fev. 2012]. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/perguntas-frequentes>.

Raupp L et al. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). Ciênc. saúde coletiva. 2011 maio;16(5): p. 2613-622.

Rogers W, Ballantyne A. Populações especiais: vulnerabilidade e proteção. RECIIS, R Eletr Com Inf Inov. Saúde. [periódico na Internet]. 2008 [acesso em 2011 nov 01]; 2(Sup 1):31-41. Disponível em:

<http://www.recis.ctct.fiocruz.br/index.php/recis/article/view/207/181>

Outras leituras

Azeredo JC. Gramática Houaiss. Folha de São Paulo. 2011; p. 158.

Confederação Nacional de Municípios. Observatório do crack: a visão dos municípios brasileiros sobre a questão do crack. Porto Alegre: CNM; 2010.

Confederação Nacional de Municípios. Observatório do crack: a visão dos municípios brasileiros sobre a questão do crack. Porto Alegre: CNM; 2010

Creswell JW. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2010.

Herscovitz HG Análise de conteúdo em jornalismo. In: Lago C., Benetti M, coordenadores. Metodologia de pesquisa em jornalismo. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; 2008. cap. 2, p.123-142. (Coleção Fazer Jornalismo).